



## ÍNDICE

1. Introdução .....	3
2. Quadro legislativo .....	4
3. Actividade .....	7
3.1. Inovação e automatização.....	7
3.2. Actividade desenvolvida.....	8
3.2.1. Atendimento.....	8
3.2.2. Pensões de aposentação e reforma .....	9
3.2.3. Pensões de sobrevivência e de preço de sangue e outras .....	11
3.2.4. Outras prestações .....	12
3.2.5. Contagem de tempo .....	13
3.2.6. Juntas médicas.....	14
4. Populações de utentes.....	15
4.1. Subscritores .....	17
4.1.1. Distribuição por áreas de origem .....	17
4.1.2. Distribuição por sexos e idades.....	18
4.2. Aposentados e reformados.....	19
4.2.1. Distribuição por áreas de origem .....	19
4.2.2. Distribuição por sexos e idades.....	19
4.2.3. Média de idades à data da aposentação e do óbito.....	21
4.2.4. Tempo médio relevante na pensão e de duração da pensão .....	22
4.2.5. Distribuição por escalões de pensão .....	23
4.2.6. Pensões médias .....	23
4.3. Pensionistas de sobrevivência e outros.....	24
4.3.1. Distribuição por sexos e idades.....	25
4.3.2. Distribuição por escalões de pensão .....	27
4.3.3. Pensões médias .....	29
5. Situação económica e financeira .....	30
5.1. Custos e proveitos.....	30
5.2. Resultados.....	32
5.3. Financiamento do sistema .....	33
5.4. Saldo da gerência.....	34

6. Recursos humanos .....	36
7. Considerações finais .....	37

## ANEXOS

Balanço

Demonstração de Resultados

Mapas de execução orçamental

Anexos às demonstrações financeiras

Parecer do Fiscal Único

Certificação legal das contas

Parecer do Conselho Consultivo

## 1. INTRODUÇÃO

O Conselho Directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) apresenta, de acordo com as disposições legais em vigor, o Relatório e Contas da Instituição referente ao exercício de 2010.

A Caixa Geral de Aposentações, I.P., instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e com património próprio, tem por missão gerir o regime de segurança social público em matéria de pensões de aposentação, de reforma, de sobrevivência e outras de natureza especial, relativamente aos subscritores inscritos.

Este regime tem sido alvo, desde 1993, de medidas legislativas destinadas à convergência e à equidade entre os subscritores da CGA e os contribuintes da segurança social, nomeadamente no que respeita às condições de aposentação, cálculo das pensões e protecção social, e tendo em vista a sustentabilidade financeira do sistema, sendo actualmente designado como regime de protecção social convergente.

Com efeito, os funcionários públicos admitidos a partir de 1 de Setembro de 1993 passaram a ter a sua pensão calculada de acordo com as normas aplicáveis no regime geral da segurança social (RGSS). Posteriormente, em 2005, teve lugar uma revisão mais profunda do Estatuto da Aposentação, tendo a convergência entre os dois sistemas sido alargada aos funcionários públicos admitidos até 31 de Agosto de 1993, nomeadamente no que se refere às condições de idade legal e tempo de serviço para a aposentação. Posteriormente, no âmbito da reforma da segurança social, o próprio regime geral foi alterado a partir de 2007, no sentido de o tornar mais sustentável, tendo essas alterações sido aplicadas também aos funcionários abrangidos pelo regime gerido pela CGA, de forma gradual entre 2008 e 2015.

O actual regime jurídico da CGA foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, o qual, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), adaptou a sua orgânica ao quadro legal que disciplina os institutos públicos, introduzido pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, tendo a sua actual designação – Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) – sido definida pelo Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro.

Presentemente, a CGA gere um universo de cerca de 586 mil subscritores - essencialmente os funcionários e agentes (civis e militares) da administração pública central, regional e local - e paga, mensalmente, cerca de 577 mil pensões (440 mil de aposentação e reforma e 137 mil de sobrevivência, de preço de sangue e outras).

Em 2010, destaca-se a transferência para a CGA, por força do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, das responsabilidades com pensões e outros encargos dos trabalhadores e pensionistas da PT Comunicações, S.A. (PT) oriundos dos Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P. (admitidos até 14 de Maio de 1992) e oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. (admitidos até 31 de Janeiro de 1998), com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, respectivamente.

Por último, o presente documento contém os aspectos dominantes que caracterizaram o funcionamento da CGA em 2010, nomeadamente, as principais iniciativas legislativas, a actividade desenvolvida e a análise à situação económica e financeira, bem como informação de natureza estatística sobre o seu universo de utentes, que visa facultar uma percepção mais alargada das actividades da Instituição.

## 2. QUADRO LEGISLATIVO

Das medidas legislativas publicadas importa salientar, pelos reflexos no regime da CGA, os diplomas seguintes:

- Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro, que suspendeu os regimes de actualização previstos na Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, e na Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, e fixou um regime excepcional e transitório, para o ano de 2010, de actualização do indexante dos apoios sociais (IAS) das pensões e das remunerações que serviram de base ao cálculo das pensões;
- Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, que veio estabelecer, para 2010, as normas de execução da actualização transitória das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e das pensões do regime de protecção social convergente;
- Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que aprovou o Orçamento do Estado para 2010, que introduziu, no seu artigo 29.º e 30.º, alterações ao Estatuto da Aposentação, de que se relevam as seguintes:
  - Todas as entidades, independentemente da respectiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia, passam a contribuir mensalmente para a CGA com 15% da remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social convergente ao seu serviço (com excepção, apenas, daquelas cujas responsabilidades com pensões foram transferidas para a CGA, que continuam a contribuir à taxa existente no âmbito do regime geral da segurança social para as entidades empregadoras, e daquelas com pessoal relativamente ao qual a CGA seja responsável unicamente pelo encargo com pensões de sobrevivência, que continuam a contribuir com 3,75% da remuneração do respectivo pessoal sujeita a desconto de quota);
  - As pensões antecipadas atribuídas ao abrigo do artigo 37.º-A do Estatuto da Aposentação são penalizadas à taxa de 0,5% ao mês, sendo a idade legal de aposentação a considerar para aplicação dessas penalizações reduzida em 12 meses por cada período de 3 anos que exceda os 30 anos de serviço à data em que o subscritor atinge 55 anos de idade;
  - A remuneração mensal a considerar no cálculo da parcela da pensão prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, corresponde à remuneração mensal relevante nos termos do Estatuto da Aposentação, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, com um limite máximo correspondente a 12 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), percebida até 31 de Dezembro de 2005 e revalorizada nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio (8,32% em 2010);
- Decreto-Lei n.º 47/2010, de 10 de Maio, que aprovou um regime transitório de actualização das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2010, de 1,25 %;
- Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que estabeleceu as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos;

- Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, que definiu as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010 e fixou, nomeadamente, a data da produção de efeitos (1 de Janeiro de 2010) para a alteração ao disposto no artigo 6.º-A do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo artigo 29.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que veio estabelecer um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), designadamente a redução dos vencimentos dos titulares de cargos políticos, aos quais se encontram indexadas as subvenções mensais vitalícias atribuídas pela CGA;
- Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, que aprovou um regime excepcional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde e que, entre outras medidas, veio permitir que os médicos aposentados com recurso a mecanismos legais de antecipação pudessem ser novamente contratados, com suspensão do pagamento da pensão durante todo o período que durar o exercício de funções;
- Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto, que, entre outras, veio adoptar medidas de protecção no âmbito das uniões de facto, com alteração, designadamente, do Estatuto das Pensões de Sobrevivência;
- Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro, que, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010, eliminou o aumento extraordinário de 25 % do abono de família nos 1.º e 2.º escalões, instituído pela Portaria n.º 425/2008, de 16 de Junho, e cessou a atribuição do abono de família aos 4.º e 5.º escalões de rendimento;
- Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, que veio aprovar um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para os anos de 2010 a 2013. No âmbito do regime de protecção social convergente gerido pela CGA registam-se, designadamente, às seguintes alterações:
  - Os descontos para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública abrangidos pelo regime de protecção social convergente passam a ser, respectivamente, de 8% e de 3% a partir de 1 de Janeiro de 2011;
  - O regime de exercício de funções públicas por aposentados e equiparados, previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, é profundamente alterado, passando o exercício de funções por aposentados em qualquer entidade, serviço ou organismo do sector público a determinar a suspensão do pagamento da pensão ou a suspensão do pagamento da remuneração, conforme opção do interessado;
- Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, a que já se fez referência, que transferiu para a Caixa Geral de Aposentações a responsabilidade com as pensões e outros encargos dos trabalhadores da PT Comunicações, S.A. (PT) oriundos dos Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P. (CTT) e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. (Marconi);
- Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011 e que introduziu, entre outras, um conjunto de medidas, com efeitos práticos relevantes na actividade da CGA, de que se destacam:

- A redução remuneratória que recaiu sobre os trabalhadores do sector público;
- A não actualização dos valores das pensões de aposentação, reforma, invalidez e de outras pensões, subsídios e complementos atribuídos pela CGA, previstos na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, atribuídos anteriormente a 1 de Janeiro de 2011;
- A criação de uma contribuição extraordinária de solidariedade de 10% que incide sobre o montante mensal resultante da soma das pensões de aposentação, reforma, invalidez, sobrevivência e outras, bem como as subvenções, pagas a um único titular que ultrapassa €5.000,00;
- A garantia de que os subscritores da Caixa Geral de Aposentações que beneficiam de regime de cálculo da pensão com base na remuneração auferida à data da aposentação, desde que tenham reunido condições para aposentação até 31 de Dezembro de 2010, terão a pensão fixada por referência à remuneração auferida anteriormente à redução prevista na Lei n.º 55-A/2010, independentemente do momento em que a pensão seja requerida;
- O congelamento do indexante dos apoios sociais (IAS) para 2011, mantendo-se o montante de €19,22 fixado para 2009 e 2010;
- A proibição de acumulação de pensão de aposentação, reforma ou invalidez com remuneração devida pelo exercício de cargo político e de subvenção mensal vitalícia com remuneração devida pelo exercício de qualquer cargo público ou político, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011;
- A transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., do encargo com as pensões do pessoal inscrito na CGA ao abrigo do Decreto-Lei n.º 301/79, de 18 de Agosto, ficando a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde obrigada a reembolsar a Caixa por esse acréscimo de despesa na medida das receitas obtidas pela alienação de imóveis do Estado afectos àquele Ministério e das entidades integradas no Serviço Nacional de Saúde.

### 3. ACTIVIDADE

A actividade da Caixa Geral de Aposentações foi orientada de acordo com os objectivos gerais definidos no Plano de Actividades para 2010, os quais tiveram em linha de conta a melhoria sistemática da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente ao nível do atendimento e da difusão da informação junto dos utentes, bem como dos padrões internos de execução e do encurtamento dos tempos de resposta às diversas entidades com as quais a CGA se relaciona.

Em 2010, a actividade da Instituição foi fortemente influenciada, designadamente na área da instrução de processos, por iniciativas legislativas que contribuíram para um afluxo excepcional de pedidos de aposentação, sendo de salientar, em particular, as alterações nas condições de passagem à aposentação, introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que aprovou o Orçamento do Estado para 2010, e a redução nas remunerações da função pública, previstas na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011. Das medidas introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, destaca-se a antecipação, para o ano em análise, da adopção do novo regime de penalização por pensão antecipada - que inicialmente estava previsto apenas para as pensões requeridas a partir de 1 de Janeiro de 2015 - fixando em 0,5% a taxa mensal a aplicar ao produto do número de anos de antecipação em relação à idade legalmente exigida para a aposentação. Sublinha-se que, anteriormente, a taxa aplicar, nestes casos, era de 4,5% por cada ano de antecipação.

Assim, o número de processos de aposentação entrados na CGA, em 2010, ascendeu 41 353, enquanto que, em 2009, foi de 24 781, o que significa um acréscimo de 66,9%. Importa referir que, só em Março e Dezembro, meses que antecederam a publicação da referida legislação, entraram no total 16 530 processos, número que se traduz numa média mensal quatro vezes superior à registada em 2009.

Apresentam-se, seguidamente, os dados mais relevantes da actividade da CGA no ano de 2010.

#### 3.1. Inovação e automatização

Nos últimos anos, a CGA tem vindo a implementar diversas medidas no sentido de facilitar o relacionamento entre a Instituição, os seus utentes e as entidades que com ela se relacionam, nomeadamente a utilização da via electrónica como meio de troca de informação.

Neste âmbito, em 2010 foi concluída a implementação de um processo que aumentou as funcionalidades disponíveis no sítio autenticado da CGA na internet, numa área de acesso reservado denominada CGA Directa, de que se destacam a validação e o pagamento de verbas a título de encargos com pensões e outros abonos à CGA, da responsabilidade das entidades, através dos métodos e canais de pagamento já disponibilizados, anteriormente, para as quotas e contribuição de entidades, designadamente o sistema multibanco, o *homebanking* do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP, e as agências e o e-banking da Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Importa sublinhar, a este respeito, que este processo decorreu com normalidade e já com ganhos consideráveis, em particular na identificação e contabilização de todas as verbas entregues à CGA, proporcionando à Instituição um controlo mais eficaz da receita.

Salienta-se, ainda, a criação de novas funcionalidades disponibilizadas, no sítio da CGA na internet, aos subscritores da CGA, de que se destaca a possibilidade de consulta de informação



actualizada sobre a tramitação e a duração estimada dos processos de aposentação em curso. Por outro lado, foi substituída, a título definitivo, a utilização, por parte das entidades que se relacionam com a CGA, do requerimento/nota biográfica (Mod. CGA01) em papel pelo formulário electrónico com a mesma designação, disponível também em [www.cga.pt](http://www.cga.pt).

Em 2010, no âmbito da ligação às redes da Administração Pública, assistiu-se ao desenvolvimento de novos serviços nas ligações da CGA ao Centro Nacional de Pensões (CNP) e à implementação da ligação da CGA ao Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), à Câmara dos Solicitadores e ao Instituto de Informática da Segurança Social.

Destaca-se, também, no ano em análise, o prosseguimento do plano de continuidade de negócio, que permite a recuperação dos sistemas informáticos em situação de desastre, na vertente operacional. A vertente tecnológica foi finalizada em 2009 com a implementação de um sítio na internet alternativo no Porto com réplica da base de dados de suporte ao sistema de informação da CGA, permanentemente actualizada.

Por último, convém referir a adaptação do sistema de informação da CGA às diversas alterações legislativas que se verificaram na área da segurança social da administração pública.

### **3.2. Actividade desenvolvida**

#### **3.2.1. Atendimento**

O atendimento constitui uma área funcional particularmente sensível na projecção da imagem da Instituição, pelo que têm sido introduzidas, ao longo dos últimos anos, melhorias significativas a nível informático nas áreas de atendimento da CGA.

Por outro lado, ao nível do esforço de simplificação e desburocratização administrativa que a CGA tem vindo a desenvolver, e que se traduzem em vantagens consideráveis ao nível da eficácia da prestação de informação aos utentes, destaca-se o sítio da CGA na internet, cujos conteúdos são mantidos em permanente actualização de forma a facilitar o acesso da informação relevante sobre a CGA a todos os seus utentes.

Assim, a CGA tem disponível, no seu sítio na internet, diversas funcionalidades para os seus utentes, designadamente:

- Consulta de informação sobre o valor mensal da pensão e descontos;
- Consulta do estado dos processos em curso na CGA;
- Obtenção da declaração sobre o valor da respectiva pensão em abono;
- Obtenção da declaração para efeitos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares;
- Simulador do cálculo de pensões de aposentação/reforma;
- Envio do requerimento de pensão de sobrevivência, reembolso das despesas de funeral e subsídio por morte, entre outros.

No quadro seguinte estão quantificadas as solicitações, dirigidas à CGA nos últimos 5 anos, discriminadas pelas três formas de atendimento à disposição dos utentes – presencial, telefónico e escrito.

QUADRO 1 – ATENDIMENTO DE UTENTES

Tipo de atendimento	2006	2007	2008	2009	2010
Presencial					
- Sede da CGA	87 609	77 387	85 032	74 051	80 200
- Lojas do Cidadão (Lisboa e Porto)	59 465	58 784	63 491	52 253	55 627
	147 074	136 171	148 523	126 304	135 827
Telefónico (1)	68 594	75 281	74 718	81 407	74 262
Escrito (2)	27 400	22 938	23 657	34 808	35 696
	243 068	234 390	246 898	242 519	245 785

(1) Chamadas atendidas por operadores

(2) Inclui e-mails

Em 2010, verificou-se um ligeiro acréscimo (+1,3%) no número global de utentes do atendimento da CGA (245 785), relativamente ao ano anterior.

Para tal aumento contribuiu o número de utentes que se dirigiram ao atendimento presencial que, contrariamente ao que se verificou em 2009, registou um acréscimo (+7,5%). Por outro lado, o atendimento telefónico registou uma diminuição face ao ano anterior (-8,8%).

Salienta-se, ainda, que a gravação-tipo, denominada IVR – Interactive Voice Responder, serviu, em 2010, um total de 280 442 chamadas, tendo registado um aumento significativo face ao ano anterior (+44,5%).

### 3.2.2. Pensões de aposentação e reforma

A distribuição anual das novas pensões de aposentação e reforma, pelas áreas de origem, consta do quadro seguinte.

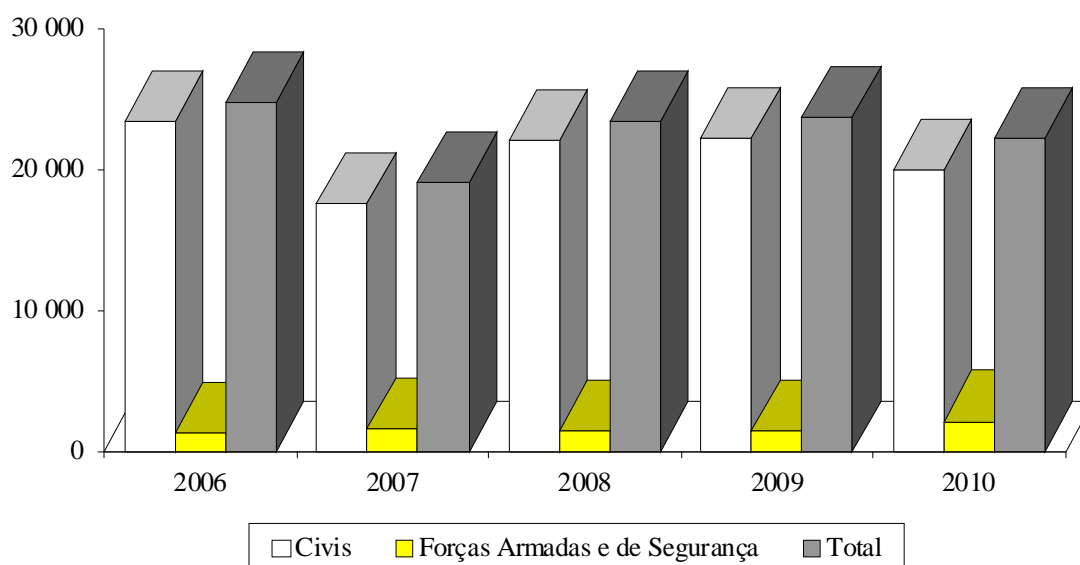
QUADRO 2 – PENSÕES DE APOSENTAÇÃO E REFORMA – NOVOS ABONOS

Área de origem	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Administração Central	14 949	10 934	13 988	14 617	11 962	66 450
Administração Regional	769	371	1 071	873	726	3 810
Administração Local	2 775	2 087	2 360	2 683	2 760	12 665
Forças Armadas	990	1 244	1 071	1 131	876	5 312
Forças de Segurança	303	331	315	369	1 243	2 561
Empresas Públicas/Soc. Anónimas	1 682	552	621	693	688	4 236
Ex-subscritores e outros	3 244	3 568	3 989	3 354	3 870	18 025
	24 712	19 087	23 415	23 720	22 125	113 059

Nos últimos cinco anos, foram atribuídas pela CGA 113 059 novas pensões de aposentação e reforma que correspondem a cerca de 25,7% do universo da população total de aposentados e reformados em 31 de Dezembro de 2010 (440 194).

O gráfico seguinte, apresenta a distribuição anual, no último quinquénio, dos abonos novos de pensões de aposentação e reforma distribuídos entre pessoal civil e Forças Armadas e de Segurança.

PENSÕES DE APOSENTAÇÃO E REFORMA – NOVOS ABONOS



No ano em análise, o peso relativo do pessoal civil e das Forças Armadas e de Segurança, no total dos novos abonos de pensões de aposentação e reforma, situou-se nos 90,4% e nos 9,6%, respectivamente

O número de novos abonos nos últimos 5 anos, distribuídos por motivos de aposentação, consta do quadro seguinte.

QUADRO 3 – NOVOS ABONOS – MOTIVOS DE APOSENTAÇÃO

Motivos	2006		2007		2008		2009		2010	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Voluntária não antecipada e que não depende de verificação incapacidade	9 723	39.4	7 707	40.4	9 814	41.9	7 972	33.5	7 518	34.0
Incapacidade	3 910	15.8	3 156	16.5	3 127	13.4	1 858	7.8	1 800	8.1
Antecipada	7 295	29.5	4 188	21.9	6 215	26.5	10 503	44.3	9 150	41.3
Limite de idade <sup>(a)</sup>	1 577	6.4	1 446	7.6	1 446	6.2	1 200	5.1	1 079	4.9
Compulsiva	160	0.6	87	0.5	119	0.5	40	0.2	60	0.3
Unificada paga pelo CNP <sup>(b)</sup>	2 047	8.3	2 503	13.1	2 694	11.5	2 147	9.1	2 518	11.4
	24 712	100.0	19 087	100.0	23 415	100.0	23 720	100.0	22 125	100.0

(a) Com 70 anos de idade ou limites legais inferiores.

(b) Pensões atribuídas pelo Centro Nacional de Pensões ao abrigo do D.L. n.º 361/98, de 18 de Novembro, que estabelece o regime da pensão unificada.

Da análise do quadro anterior, constata-se que das novas pensões de aposentação e reforma, atribuídas em 2010, 41,3% tiveram origem em aposentações antecipadas, tendo-se assistido a um ligeiro agravamento da percentagem de penalização verificada nas pensões antecipadas atribuídas em 2010 que se situou, em média, nos 14,0%. Em 2009, esta percentagem situou-se nos 13,8%.

### 3.2.3. Pensões de sobrevivência e de preço de sangue e outras

O quadro seguinte apresenta o número de novas pensões de sobrevivência e de preço de sangue atribuídas nos últimos cinco anos.

QUADRO 4 – PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA E DE PREÇO DE SANGUE E OUTRAS – NOVOS ABONOS

Tipo de pensão	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Sobrevivência	7 784	7 617	7 885	7 577	7 900	38 763
Preço de sangue e outras	570	321	334	229	323	1 777
	8 354	7 938	8 219	7 806	8 223	40 540

O número de beneficiários de pensões de sobrevivência atribuídas em 2010, no total de 7 900, registou um acréscimo moderado face a 2009 (+4,3%). No entanto, é de realçar o facto de, no ano em análise, se ter registado o valor mais alto do quinquénio.

Dos pedidos de atribuição de pensões de sobrevivência formulados no ano em análise, 85,2% foram originados por morte de aposentados e reformados e 14,8% por falecimento de subscritores no activo.

Por outro lado, o número de novos abonos de pensões de preço de sangue e outras (323) registou um aumento significativo (+41,0%), em relação ao ano anterior. Nestas pensões estão incluídas as atribuídas na sequência de acidentes em serviço e doenças profissionais, que representaram, em 2010, 31,3% das 323 novas pensões, num total de 101.

Refira-se, por último, que foram remidas 1 198 pensões de acidente em serviço ou doença profissional por se tratarem de situações em que o grau de desvalorização da capacidade geral de ganho foi inferior a 30% ou, sendo igual ou superior, o respectivo valor se situava abaixo de 6 vezes a retribuição mínima mensal garantida, em vigor no dia seguinte à data da alta ou da morte, ou através de um requerimento do sinistrado ou do beneficiário em certos casos particulares previstos no n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro.

#### **3.2.4. Outras prestações**

Compete à CGA, no âmbito das funções que lhe estão cometidas, para além da fixação e do pagamento de pensões, a atribuição e o abono de outras prestações pecuniárias, nomeadamente prestações familiares e subsídio por morte.

O quadro 5 quantifica a população de titulares ou a atribuição de prestações desta natureza, nos últimos cinco anos.

QUADRO 5 – OUTRAS PRESTAÇÕES

Prestação	2006	2007	2008	2009	2010
Prestações familiares					
• Abono de família para crianças e jovens (a)	15 621	14 350	14 244	14 107	12 101
• Outras prestações					
Subsídio de funeral (b)	477	504	492	541	449
Prestações mensais (c)	1 899	1 942	2 014	1 946	2 355
Subsídio por morte (b)	5 267	8 166	5 035	5 312	5 067
Reembolso de despesas de funeral (b)	2 900	3 491	3 208	3 350	3 422

(a) População de titulares em 31 de Dezembro.

(b) Número anual de abonos.

(c) População de titulares em 31 de Dezembro (inclui a bonificação, por deficiência, do abono de família para crianças e jovens, a bolsa de estudo e os subsídios mensal vitalício, de educação especial e de assistência de terceira pessoa).

Da análise do quadro anterior, constata-se que o abono de família para crianças e jovens tem vindo a diminuir progressivamente nos últimos cinco anos. Em 2010, verificou-se um significativo decréscimo face ao ano anterior (-14,2%), em resultado da alteração das regras relativas à atribuição desta prestação familiar prevista no já referido Decreto-Lei n.º 116/2010.

Em relação às restantes prestações familiares, destaca-se, em 2010, um aumento expressivo, relativamente ao verificado no ano anterior, nas outras prestações familiares mensais (+21,0%) justificado, essencialmente, pela prestação familiar denominada bolsa de estudo, instituída pela primeira vez no ano escolar de 2009-2010, e que, em 31 de Dezembro de 2010, registava uma população de 301 titulares.

### 3.2.5. Contagem de tempo

O processo de contagem de tempo consiste no apuramento do tempo de serviço relevante em futura aposentação ou reforma, e, nos casos em que não tenham sido efectuados os descontos legais para aquele efeito, na fixação da correspondente dívida de quotas.

No quadro seguinte, encontra-se quantificado o número de processos de contagem de tempo concluídos no último quinquénio.

QUADRO 6 – PROCESSOS DE CONTAGEM DE TEMPO CONCLUÍDOS

Processos	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Contagem de tempo	13 550	15 605	16 314	13 225	13 327	72 021

No ano em análise, o número de processos concluídos de contagem prévia de tempo de serviço, para efeito de aposentação/reforma e de pensão de sobrevivência (13 327), foi idêntico ao verificado no ano anterior.

Convém, ainda, referir que estes processos constituem um acto preparatório da resolução final sobre o direito à aposentação/reforma, implicando uma carga administrativa considerável, em termos de envolvimento de meios.

### 3.2.6. Juntas médicas

A Junta Médica da CGA visa a avaliação da incapacidade para o exercício de funções ou de incapacidade permanente e total para o trabalho e, ainda, a determinação de grau de desvalorização da capacidade geral de ganho e da sua conexão com acidente de serviço ou facto equiparado.

O sistema de verificação de incapacidade permanente da CGA está uniformizado com o da Segurança Social desde 31 de Janeiro de 2008, por força do Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de Novembro, o que levou a que os serviços da CGA tivessem de se adaptar a novas rotinas, designadamente ao nível da articulação entre a Caixa Geral de Aposentações e o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS).

Os resultados das juntas médicas realizadas para avaliação de incapacidade, nos últimos 5 anos, podem observar-se no quadro seguinte.

QUADRO 7 – RESULTADOS DAS JUNTAS MÉDICAS

Resultados	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
Incapazes	3 544	2 908	2 097	1 756	1 633	11 938	44.5%
Aptos	3 625	3 202	2 422	2 922	2 714	14 885	55.5%
	7 169	6 110	4 519	4 678	4 347	26 823	100.0%

No ano em análise, foram avaliados pela Junta Médica da CGA, para verificação de incapacidade para o exercício de funções, requerimentos de 4 347 indivíduos, número que foi o mais baixo do quinquénio, representando um decréscimo de 7,1% face ao ano anterior.

Sublinha-se que, do total de indivíduos avaliados nas juntas médicas realizadas, 37,6% foram considerados incapazes, ficando abaixo dos 44,5% verificados na média dos últimos 5 anos.

De salientar ainda que, no ano em análise, a Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações determinou 1 840 graus de desvalorização, mais 38,0% em relação aos fixados em 2009 (1 333).

#### 4. POPULAÇÕES DE UTENTES

O quadro seguinte evidencia a evolução, ao longo dos últimos dez anos, das populações de subscritores, de aposentados/reformados e de pensionistas de sobrevivência e de pensões de preço de sangue e outras (dados reportados a 31 de Dezembro).

QUADRO 8 – SUBSCRITORES, APOSENTADOS/REFORMADOS E PENSIONISTAS

	Subscritores		Apos./Reformados		Pensionistas		Indicadores	
	Número	Índice	Número	Índice	Número	Índice	(1)/(2)	(1)/[(2) + (3)]
	(1)	2000=100	(2)	2000=100	(3)	2000=100		
2001	771 285	103	316 278	102	119 898	102	2.44	1.77
2002	778 782	104	330 052	107	121 192	103	2.36	1.73
2003	778 357	104	355 097	115	121 756	104	2.19	1.63
2004	737 355	99	368 264	119	123 419	105	2.00	1.50
2005	739 664	99	378 279	122	127 033	108	1.96	1.46
2006	708 997	95	393 663	127	129 867	111	1.80	1.35
2007	675 560	90	402 665	130	131 603	112	1.68	1.26
2008	636 110	85	416 012	135	134 047	114	1.53	1.16
2009	603 840	81	428 752	139	135 312	115	1.41	1.07
2010	586 391	78	440 194	142	137 133	117	1.33	1.02
Taxa média de crescimento								
	-3.0%		3.7%		1.5%			

Analisando os dados dos últimos dez anos, a população de subscritores decresceu, em média anual, 3,0%, diminuindo 2,9% face a 2009 e mantendo a tendência que se vem verificando desde 2006 e que se deve à aplicação do regime geral da segurança social aos funcionários e agentes da Administração Pública que iniciaram uma relação jurídica de emprego a partir de 1 de Janeiro de 2006, data a partir da qual a CGA deixou de proceder à inscrição de subscritores.

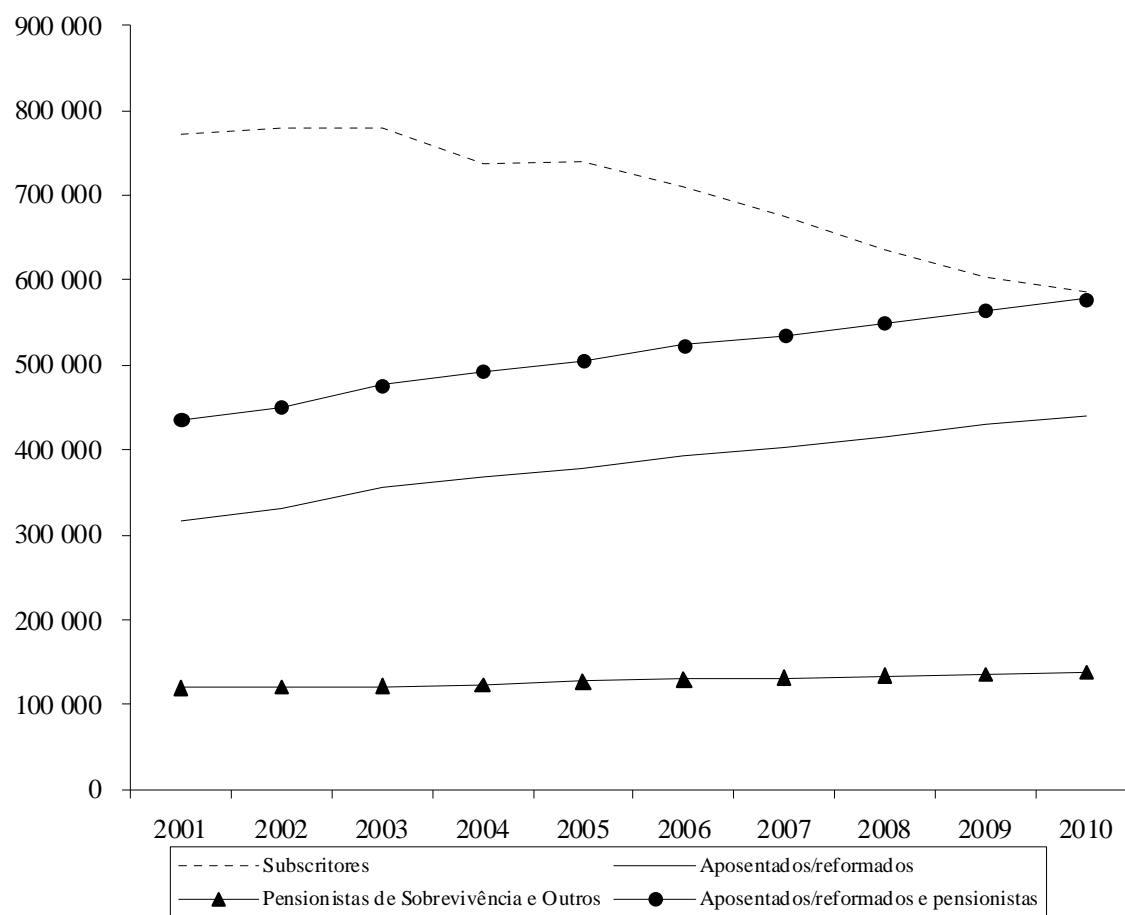
Relativamente à população dos beneficiários de pensão, registou-se um crescimento médio anual conjunto de 3,2% (3,7% os aposentados e reformados e 1,5% os pensionistas de sobrevivência e de pensões de preço de sangue e outras).

Observando a evolução destes beneficiários de pensão, face ao ano anterior, os aposentados e reformados cresceram 2,7%, enquanto os pensionistas de pensões de sobrevivência e de pensões de preço de sangue e outras cresceram 1,3%.

Em virtude da evolução descrita para as diferentes populações em análise, o rácio activos/inactivos, um dos indicadores estruturais do financiamento do sistema gerido pela CGA, voltou a diminuir, existindo, no final de 2010, 1,33 subscritores no activo por cada aposentado/reformado, passando esta relação para 1,02 se aos aposentados/reformados adicionarmos os pensionistas de sobrevivência.



SUBSCRITORES, APOSENTADOS/REFORMADOS E PENSIONISTAS  
POPULAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO



## 4.1. Subscritores

### 4.1.1. Distribuição por áreas de origem

A distribuição, por áreas de origem, dos subscritores no final de 2010 é a que consta do quadro seguinte.

QUADRO 9 – SUBSCRITORES POR ÁREAS DE ORIGEM

Área de Origem	Número	%
<b>Administração Central</b>		
Assembleia da República e Presidência do Conselho de Ministros	2 329	0.4
Ministério da Justiça	27 934	4.8
Ministério da Defesa Nacional (civis)	3 262	0.6
Ministério das Finanças e Administração Pública	14 108	2.4
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	2 838	0.5
Ministério da Administração Interna	2 204	0.4
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 307	0.4
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	6 315	1.1
Ministério da Educação	136 770	23.1
Ministério da Economia e Inovação	2 678	0.5
Ministério da Saúde	76 577	13.1
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	11 818	2.0
Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	3 590	0.6
Ministério da Cultura	2 066	0.4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	25 759	4.4
	<b>320 555</b>	<b>54.7</b>
<b>Administração Regional</b>		
Região Autónoma dos Açores	17 439	3.0
Região Autónoma da Madeira	23 263	3.9
	<b>40 702</b>	<b>6.9</b>
<b>Administração Local</b>		
Autarquias Locais	103 508	17.7
	<b>103 508</b>	<b>17.7</b>
<b>Militares e Forças de Segurança</b>		
Estado-Maior do Exército	16 349	2.8
Estado-Maior da Armada	11 340	1.9
Estado-Maior da Força Aérea	6 272	1.1
Guarda Nacional Republicana	26 074	4.4
Polícia de Segurança Pública	21 102	3.6
	<b>81 137</b>	<b>13.8</b>
<b>Outros</b>		
Estabel. Ensino Partic. e Cooperativo	13 669	2.3
Empresas públicas/Sociedades Anónimas com participação estatal	26 820	4.6
	<b>40 489</b>	<b>6.9</b>
<b>Total</b>	<b>586 391</b>	<b>100.0</b>

O número total de subscritores da CGA ascendia a 586 391, representando a Administração Central 54,7% desse universo, sendo que a área da Educação (considerando o conjunto dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) é a que apresenta o maior peso, representando 27,5%.

**4.1.2. Distribuição por sexos e idades**

O quadro seguinte apresenta a distribuição, em 31 de Dezembro de 2010, dos subscritores, por sexos e por escalões etários.

QUADRO 10 – SUBSCRITORES EM 2010.12.31  
DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS E IDADES

Escalões etários	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18/24	1 282	0.2	368	0.1	1 650	0.3
25/29	9 776	1.7	3 650	0.6	13 426	2.3
30/34	23 794	4.1	25 718	4.4	49 512	8.5
35/39	33 558	5.7	48 006	8.2	81 564	13.9
40/44	38 472	6.6	55 753	9.5	94 225	16.1
45/49	47 475	8.1	65 226	11.0	112 701	19.1
50/54	53 353	9.1	65 473	11.1	118 826	20.2
55/59	38 526	6.6	44 536	7.6	83 062	14.2
60/64	11 238	1.9	15 140	2.6	26 378	4.5
65/69	2 072	0.4	2 837	0.5	4 909	0.9
70 ou +	69	0.0	69	0.0	138	0.0
	259 615	44.4	326 776	55.6	586 391	100.0

A população de subscritores era constituída, no final de 2010, por 55,6% de indivíduos do sexo feminino e 44,4% de indivíduos do sexo masculino, com médias de idades de 46,5 e 46,0 anos, respectivamente. A idade média global situava-se nos 46,3 anos.

## 4.2. Aposentados e reformados

### 4.2.1. Distribuição por áreas de origem

O universo de aposentados e reformados, por áreas de origem, evoluiu, entre 2006 e 2010, como se mostra no quadro seguinte.

QUADRO 11 – APOSENTADOS E REFORMADOS POR ÁREAS DE ORIGEM

Área de origem	2006	2007	2008	2009	2010	Taxa média de crescimento
Administração Central, Regional e Local	270 026	280 288	294 810	309 105	321 166	4.4
Regime da ex-Administração Ultramarina	24 196	23 417	22 699	21 890	21 106	(3.4)
Exército	8 282	8 233	8 150	8 121	8 040	(0.7)
Armada	5 668	5 988	6 281	6 520	6 689	4.2
Força Aérea	3 365	3 483	3 578	3 608	3 575	1.5
Guarda Nacional Republicana	15 685	15 452	15 190	14 902	15 329	(0.6)
Polícia de Segurança Pública	13 945	13 677	13 413	13 151	13 117	(1.5)
Invalidez de Militares	7 087	6 994	7 038	6 991	6 973	(0.4)
Deficientes das Forças Armadas	6 448	6 476	6 446	6 377	6 302	(0.6)
Subsídios Vitalícios	2 955	2 753	2 512	2 293	2 072	(8.5)
Subvenções Vitalícias	373	377	376	383	397	1.6
Empresas Públicas/Soc. Anónimas	29 718	29 666	29 719	29 636	29 707	(0.0)
Ex-Banco Nacional Ultramarino (D.L. n.º 227/96)	2 659	2 588	2 500	2 414	2 325	(3.3)
Macau (D.L. n.º 357/93 e D.L. n.º 14/94/M)	1 981	1 935	1 869	1 833	1 768	(2.8)
Estabel. Ensino Partic. e Cooperativo	1 275	1 338	1 431	1 528	1 628	6.3
	393 663	402 665	416 012	428 752	440 194	2.8

### 4.2.2. Distribuição por sexos e idades

No final de 2010, a população de aposentados e reformados era constituída por 56,0% de indivíduos do sexo masculino e 44,0% de indivíduos do sexo feminino, com médias de idades de 69,4 e 68,6 anos, respectivamente. A média global de idades situava-se nos 69,1 anos.

Apesar desta população continuar a ser predominantemente masculina, ao longo dos anos tem vindo a acentuar-se o peso relativo dos aposentados e reformados do sexo feminino que, nos últimos 10 anos, aumentou 9,3% (de 34,7% para 44,0%).

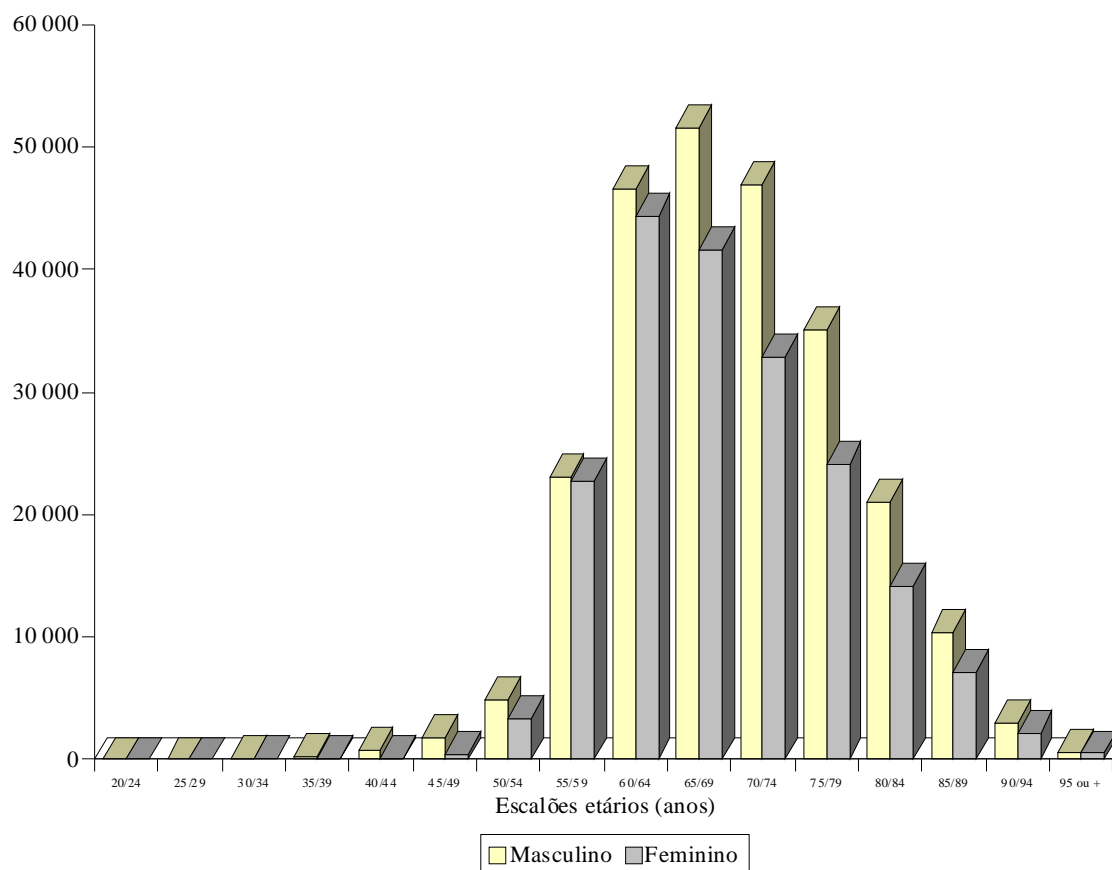
Salienta-se ainda que, do universo global dos aposentados e reformados existente no final de 2010, cerca de 33,7% tinham menos de 65 anos e 52,9% tinham idades compreendidas entre os 65 e os 79 anos.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se a distribuição da população de aposentados e reformados, por sexos e por escalões etários, reportada a 31 de Dezembro de 2010.

QUADRO 12 – APOSENTADOS E REFORMADOS EM 2010.12.31  
DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS E IDADES

Escalões etários	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
20/24	0	0.0	0	0.0	0	0.0
25/29	0	0.0	0	0.0	0	0.0
30/34	106	0.0	11	0.0	117	0.0
35/39	238	0.1	37	0.0	275	0.1
40/44	798	0.2	140	0.0	938	0.2
45/49	1 863	0.4	507	0.1	2 370	0.5
50/54	4 890	1.1	3 302	0.8	8 192	1.9
55/59	23 076	5.2	22 708	5.2	45 784	10.4
60/64	46 679	10.6	44 415	10.0	91 094	20.6
65/69	51 654	11.7	41 600	9.5	93 254	21.2
70/74	46 925	10.7	32 927	7.5	79 852	18.2
75/79	35 162	8.0	24 115	5.5	59 277	13.5
80/84	21 041	4.8	14 166	3.2	35 207	8.0
85/89	10 401	2.4	7 207	1.6	17 608	4.0
90/94	2 973	0.7	2 122	0.5	5 095	1.2
95 ou +	616	0.1	515	0.1	1 131	0.2
	246 422	56.0	193 772	44.0	440 194	100.0

**APOSENTADOS E REFORMADOS POR SEXOS E IDADES  
EM 2010.12.31**



#### 4.2.3. Média de idades à data da aposentação e do óbito

Em 2010, a média de idades dos subscritores à data da aposentação, era de 60,1 anos, conforme se observa no quadro seguinte.

**QUADRO 13 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
MÉDIA DE IDADES À DATA DA APOSENTAÇÃO**

	2006	2007	2008	2009	2010
Idade	59.2	59.5	59.7	59.6	60.1

A média de idades dos aposentados e reformados falecidos nos últimos cinco anos registou uma tendência crescente, variando, globalmente entre os 76,1 e os 77,8 anos, como se pode observar no quadro seguinte.

QUADRO 14 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
MÉDIA DE IDADES À DATA DO ÓBITO

	Sexo		Ambos Sexos
	Masculino	Feminino	
2006	75.7	77.3	76.1
2007	76.2	77.5	76.6
2008	76.5	78.1	76.9
2009	77.1	78.1	77.4
2010	77.4	78.9	77.8

Dos aposentados e reformados falecidos no último quinquénio, as mulheres eram, em média, mais idosas que os homens à data do óbito, com 78,0 e 76,6 anos, respectivamente.

#### 4.2.4. Tempo médio relevante na pensão e de duração da pensão

Como se observa do quadro seguinte, o tempo médio de serviço relevante para o cálculo da pensão de aposentação e reforma, em 2010, registou uma diminuição de 0,5 anos face ao ano anterior, situando-se ao nível da média dos últimos cinco anos (29,8 anos).

QUADRO 15 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
TEMPO MÉDIO DE SERVIÇO RELEVANTE NA PENSÃO

	2006	2007	2008	2009	2010
Tempo	30.6	28.8	29.3	30.4	29.9

O tempo médio de duração das pensões dos aposentados e reformados, continua a verificar uma tendência crescente, variando entre os 15,5 anos em 2006 e os 17,3 anos em 2010, quando analisados os valores dos últimos cinco anos, conforme consta do quadro seguinte.

QUADRO 16 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
DURAÇÃO MÉDIA DA PENSÃO DOS FALECIDOS EM CADA ANO

	Sexo		Ambos Sexos
	Masculino	Feminino	
2006	15.6	15.1	15.5
2007	15.9	15.3	15.7
2008	16.3	15.8	16.2
2009	17.0	16.2	16.8
2010	17.3	17.0	17.3

Tal tendência é explicada pelo efeito conjugado de medidas legislativas que facilitaram a passagem à aposentação com idades mais baixas e pela tendência para o aumento da esperança de vida.

#### 4.2.5. Distribuição por escalões de pensão

A distribuição das pensões de aposentação e reforma por escalões de valor mensal, no final do ano, é a que se apresenta no quadro seguinte.

QUADRO 17 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES DE PENSÃO EM DEZEMBRO/2010

Escalão de pensão (€)				Número	%
Até	230.23 (*)			24 091	5.5
De	230.24	a	250.00	31 889	7.2
De	250.01	a	500.00	37 770	8.6
De	500.01	a	750.00	69 017	15.7
De	750.01	a	1 000.00	59 304	13.5
De	1 000.01	a	1 500.00	76 909	17.5
De	1 500.01	a	2 000.00	41 460	9.4
De	2 000.01	a	2 500.00	50 192	11.4
De	2 500.01	a	3 000.00	35 276	8.0
De	3 000.01	a	4 000.00	9 447	2.1
Superior a	4 000.00			4 839	1.1
				440 194	100.0

(\*) Pensões fixadas com base em tempo de serviço inferior a 60 meses, em que o prazo de garantia (5 anos) é cumprido com recurso à totalização de períodos contributivos de outros regimes de protecção social.

Do número total das pensões de aposentação e reforma, 21,3% não ultrapassavam os 500 euros por mês, enquanto 50,5% não excediam os 1 000 euros. Com valores entre os 1 000 e os 2 000 euros haviam cerca de 26,9%, enquanto 22,6% se situavam nos escalões superiores.

#### 4.2.6. Pensões médias

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, dos valores médios mensais das pensões de aposentação e reforma.



**QUADRO 18 – APOSENTADOS E REFORMADOS  
PENSÕES MÉDIAS**

(em euros)		
	Valor Médio	
	Do total das pensões	Das pensões atribuídas no ano
2006	1 138.74	1 308.65
2007	1 168.63	1 297.21
2008	1 200.87	1 295.19
2009	1 240.44	1 261.50
2010	1 253.91	1 225.83

Face ao ano anterior, o valor médio do total das pensões de aposentação e reforma registou um acréscimo de 1,1%, situando-se, no final de 2010, em €1 253,91. Este incremento resultou, essencialmente, do aumento geral das pensões, fixado na Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro – que se situou em 1,25% para as pensões de aposentação e reforma até €628,83 (1,5 IAS) e em 1% para as de valor até €1 500,00.

No que respeita ao valor médio mensal das pensões de aposentação e reforma atribuídas, no ano de 2010, verificou-se um decréscimo de 2,8% face ao ano transacto. Esta tendência tem vindo a verificar-se nos últimos anos, tendo o valor médio das pensões atribuídas em 2010 sido inferior ao valor médio do total das pensões em 2,2%, conforme é possível observar no quadro acima.

Esta situação reflecte o efeito conjugado de diversos factores associados às medidas que têm sido implementadas no âmbito da convergência dos regimes, como a aplicação das novas regras de cálculo das pensões introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que aprovou o Orçamento do Estado para 2010, a que atrás se fez referência, em particular no que se refere às remunerações relevantes no cálculo da pensão. Além disso, a aplicação do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões, a atribuição de um número elevado de pensões antecipadas (que representaram 41,3% dos novos abonos de 2010) e a subida da percentagem de penalização (14,0% em 2010, face a 13,8% em 2009), explicam esta diminuição do valor médio mensal das pensões atribuídas no ano.

#### **4.3. Pensionistas de sobrevivência e outros**

O número global de beneficiários de pensões de sobrevivência e de pensões de preço de sangue e outras evoluiu, entre o final de 2006 e de 2010, de forma moderada, registando um crescimento médio anual de 1,4%.

QUADRO 19 – DISTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS POR TIPO DE PENSÃO

Tipo de pensão	2006		2007		2008		2009		2010		Taxa média de crescimento
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Sobrevivência	120 933	93.1	122 736	93.3	125 189	93.4	126 606	93.6	128 449	93.7	1.5
Preço de Sangue e Outras	8 934	6.9	8 867	6.7	8 858	6.6	8 706	6.4	8 684	6.3	(0.7)
	129 867	100.0	131 603	100.0	134 047	100.0	135 312	100.0	137 133	100.0	1.4

#### 4.3.1. Distribuição por sexos e idades

Mantendo a tendência dos últimos anos, a população de beneficiários de pensões de sobrevivência e outras, no final de 2010, era maioritariamente constituída por indivíduos do sexo feminino (85,2%), enquanto os indivíduos do sexo masculino representavam 14,8% do total, com média de idades de 71,9 e 59,0 anos, respectivamente. A média global do universo em causa tem vindo a registar uma tendência crescente nos últimos 5 anos, passando de 68,6 anos em 2006 para 70,0 anos em 2010.

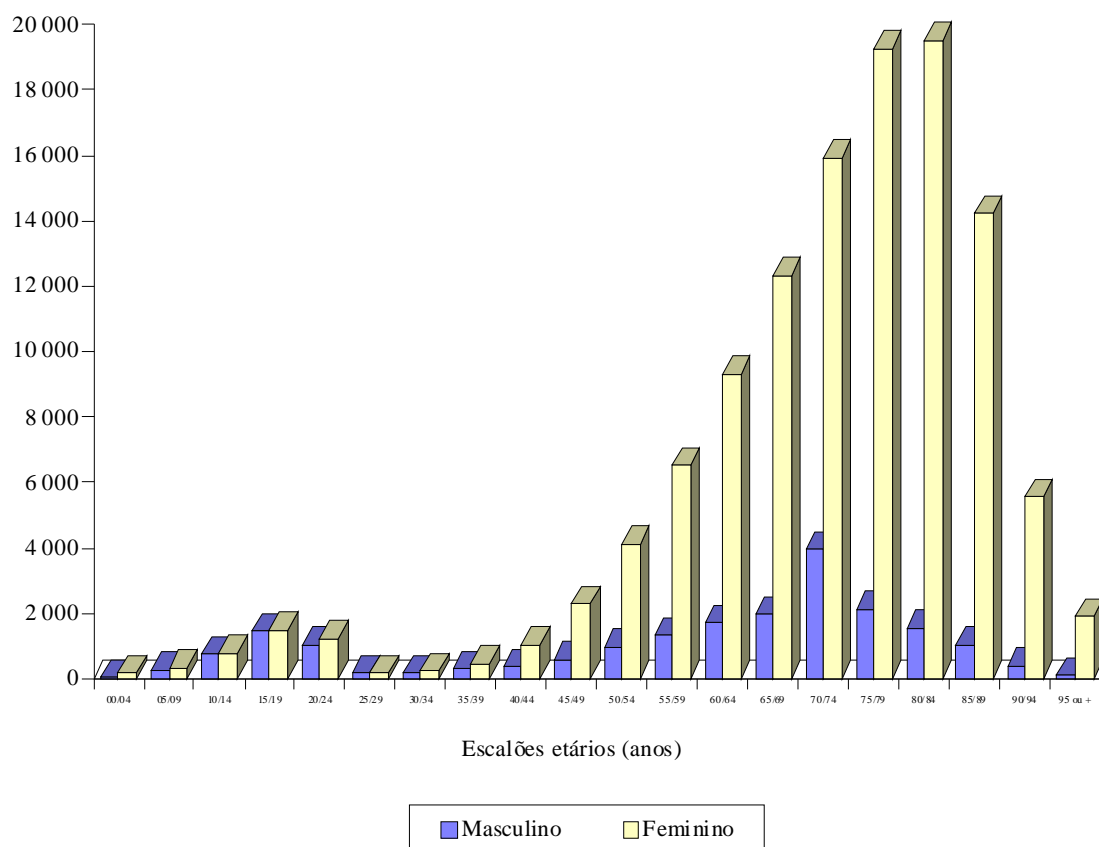
É de salientar que os pensionistas com menos de 25 anos, que são, regra geral, órfãos de aposentados ou de subscritores falecidos no activo, representavam 5,4% do total, em 2010.

A distribuição da população de pensionistas de sobrevivência e outros, por sexos e por escalões etários, no final de 2010, era a que se apresenta no quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 20 – PENSIONISTAS DE SOBREVIVÊNCIA E DE PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE E OUTRAS EM 2010.12.31 - DISTRIBUIÇÃO POR SEXOS E IDADES

Escalões etários	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
00/04	55	0.0	184	0.1	239	0.1
05/09	282	0.2	319	0.2	601	0.4
10/14	751	0.5	793	0.6	1 544	1.1
15/19	1 457	1.1	1 471	1.1	2 928	2.2
20/24	1 028	0.7	1 229	0.9	2 257	1.6
25/29	181	0.1	167	0.1	348	0.2
30/34	167	0.1	227	0.2	394	0.3
35/39	290	0.2	462	0.3	752	0.5
40/44	368	0.3	1 034	0.8	1 402	1.1
45/49	595	0.4	2 287	1.7	2 882	2.1
50/54	960	0.7	4 113	3.0	5 073	3.7
55/59	1 315	1.0	6 530	4.8	7 845	5.8
60/64	1 718	1.3	9 315	6.8	11 033	8.1
65/69	1 958	1.4	12 334	8.9	14 292	10.3
70/74	3 953	2.9	15 919	11.6	19 872	14.5
75/79	2 141	1.6	19 249	14.0	21 390	15.6
80/84	1 574	1.1	19 503	14.2	21 077	15.3
85/89	1 034	0.8	14 233	10.4	15 267	11.2
90/94	385	0.3	5 561	4.1	5 946	4.4
95 ou +	102	0.1	1 889	1.4	1 991	1.5
	20 314	14.8	116 819	85.2	137 133	100.0

PENSIONISTAS DE SOBREVIVÊNCIA E DE PENSÕES DE PREÇO DE SANGUE E OUTRAS  
POR SEXOS E IDADES – EM 2010.12.31



#### 4.3.2. Distribuição por escalões de pensão

Os valores das pensões de sobrevivência e de preço de sangue e outras, desagregados por escalões de valor mensal, no final de 2010, eram os que se apresentam no quadro seguinte. Estes valores respeitam à pensão global, que pode estar distribuída por mais de um pensionista.

QUADRO 21 – PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA, DE PREÇO DE SANGUE E OUTRAS  
DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES DE PENSÃO EM DEZEMBRO/2010

Escalaão de pensão (€)				Sobrevivência		Preço de Sangue e Outras		Total	
				Número	%	Número	%	Número	%
Até	115.11			2 136	1.8	3 148	38.6	5 284	4.1
De	115.12	a	200.00	28 160	23.5	366	4.5	28 526	22.1
De	200.01	a	300.00	16 781	14.0	1 026	12.6	17 807	13.9
De	300.01	a	400.00	23 485	19.5	994	12.2	24 479	19.1
De	400.01	a	500.00	14 149	11.8	1 273	15.6	15 422	12.0
De	500.01	a	600.00	8 809	7.3	507	6.2	9 316	7.3
De	600.01	a	700.00	8 928	7.4	279	3.4	9 207	7.2
De	700.01	a	800.00	4 273	3.6	168	2.1	4 441	3.5
De	800.01	a	900.00	2 563	2.1	113	1.4	2 676	2.1
De	900.01	a	1 000.00	2 101	1.7	56	0.7	2 157	1.7
De	1 000.01	a	1 250.00	4 793	4.0	110	1.3	4 903	3.8
De	1 250.01	a	1 500.00	2 140	1.8	50	0.6	2 190	1.7
Superior a	1 500.00			1 832	1.5	67	0.8	1 899	1.5
				120 150	100.0	8 157	100.0	128 307	100.0

Verifica-se que 26,2% do número total de pensões de sobrevivência, preço de sangue e outras não excediam os 200 euros por mês, 45,0% estavam entre os 200 e os 500 euros mensais, situando-se os restantes 28,8% nos escalões superiores.

**4.3.3. Pensões médias**

No último quinquénio, os valores médios mensais das pensões de sobrevivência e de preço de sangue e outras registaram a evolução constante do quadro seguinte.

QUADRO 22 – PENSIONISTAS DE SOBREVIVÊNCIA E OUTROS  
PENSÕES MÉDIAS

	(em euros)			
	Valor Médio (*)			
	Do total das pensões		Das pensões atribuídas no ano	
	Sobrevivência	PPSO	Sobrevivência	PPSO
2006	382.39	301.55	468.89	191.93
2007	396.07	307.57	481.99	299.99
2008	409.99	314.20	482.92	308.11
2009	427.46	322.02	507.74	456.53
2010	437.57	326.04	512.37	401.33

(\*) Valor da pensão global, que pode estar distribuída por mais de um pensionista.

O valor médio do total das pensões de sobrevivência situava-se, no final de 2010, em € 437,57, representando um acréscimo de 2,4% face ao ano anterior, enquanto o das pensões de preço de sangue e outras cresceu 1,2%, fixando-se nos €326,04. Estes acréscimos estão associados ao aumento das pensões fixado na atrás citada Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, que se situou em 1,25% para as pensões de sobrevivência e de preço de sangue e outras de valor global até €314,42 e em 1% para as de valor até €750,00.

## 5. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 5.1. Custos e proveitos

Os custos e os proveitos da Caixa Geral de Aposentações evoluíram, no último triénio, conforme se evidencia no quadro seguinte.

QUADRO 23 - CUSTOS E PROVEITOS

	2008		2009		2010	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%
<b>Custos e Perdas</b>						
Fornecimentos e serviços externos	21 905 114.93	0.3	21 351 664.98	0.3	20 356 265.02	0.2
Transf. <sup>a</sup> cor. concedidas e prest. sociais	6 940 196 494.61	96.5	7 416 220 911.14	98.9	7 735 905 399.75	91.9
Custos com o pessoal	7 037 264.52	0.1	7 197 824.80	0.1	7 356 329.64	0.1
Provisões do exercício	0.00	0.0	0.00	0.0	0.00	0.0
Outros custos e perdas operacionais	6 274.61	0.0	5 339.56	0.0	8 031.73	0.0
Custos e perdas financeiros	164 189 088.81	2.3	28 192 417.62	0.4	618 441 273.00	7.4
Custos e perdas extraordinários	60 714 104.05	0.8	24 516 483.28	0.3	33 568 513.06	0.4
	<b>7 194 048 341.53</b>	<b>100.0</b>	<b>7 497 484 641.38</b>	<b>100.0</b>	<b>8 415 635 812.20</b>	<b>100.0</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	2 051 503.74	0.0	2 017 173.60	0.0	1 874 968.63	0.0
Impostos e taxas	2 358 502 545.55	33.6	2 916 405 536.28	38.8	3 479 838 222.77	30.8
Proveitos suplementares	190 236 922.56	2.7	198 124 675.88	2.6	538 224 352.28	4.8
Transf. <sup>a</sup> e subsídios correntes obtidos	4 120 339 626.63	58.6	4 230 854 207.80	56.1	4 001 743 310.75	35.5
Proveitos e ganhos financeiros	352 539 621.62	5.0	145 190 565.37	1.9	442 067 887.11	3.9
Proveitos e ganhos extraordinários	6 863 510.47	0.1	48 555 791.98	0.6	2 817 251 481.57	25.0
	<b>7 030 533 730.57</b>	<b>100.0</b>	<b>7 541 147 950.91</b>	<b>100.0</b>	<b>11 281 000 223.11</b>	<b>100.0</b>

Em 2010, os custos globais da CGA totalizaram €8 415 635 812,20, o que representa um crescimento de €918 151 170,82 (+12,2%) face ao ano anterior.

As transferências correntes concedidas e prestações sociais, que correspondem aos custos com pensões e outras prestações, ascenderam a €7 735 905 399,75, o que reflecte um aumento de €319 684 488,61 (+4,3%) relativamente a 2009, tendo representado, tal como nos anos anteriores, a quase totalidade dos custos. Este acréscimo resultou, essencialmente, do aumento geral das pensões, nos termos da Portaria n.º 1458/2009, de 31 de Dezembro, e das novas pensões atribuídas durante o ano (22 125 de aposentação e 8 223 de sobrevivência e de preço de sangue e outras).

Os custos e perdas financeiros ascenderam a €618 441 273,00 devido, basicamente, à constituição de provisões para investimentos financeiros, no valor de €609 830 823,24, para registar o montante de potenciais menos-valias, entre o valor de aquisição e o valor de mercado, dos títulos afectos às Reservas especiais e ao Fundo de reserva da CGA.

Os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal, que traduzem os custos de funcionamento da CGA, diminuíram face ao ano anterior, representando, tal como nos anos anteriores, um peso diminuto no total dos custos (0,3%).

Os proveitos da CGA, em 2010, totalizaram €11 281 000 223,11, o que traduz um acréscimo de €3 739 852 272,20 (+49,6%) face ao exercício anterior.

As transferências e subsídios correntes obtidos, que ascenderam, no exercício em análise, a €4 001 743 310,75 (-5,4% que em 2009), incluem €3 749 924 560,00 a título de comparticipação do Orçamento do Estado, destinado a assegurar o equilíbrio financeiro da Instituição, nos termos do artigo 139.º do Estatuto da Aposentação e do artigo 71.º do Estatuto das Pensões de Sobrevivência, €246 530 281,41 como compensação do Orçamento do Estado em custos com pensões e outros encargos da inteira responsabilidade do Estado e €5 288 469,34 relativo a contagens de tempo dos antigos combatentes, nos termos da Lei n.º 3/2009, de 13 de Janeiro.

O valor dos impostos e taxas, que englobam, basicamente, as quotas de subscritores, as contribuições de entidades, os descontos em adjudicações e os juros de mora, totalizaram €3 479 838 222,77, em 2010, valor que superou em €563 432 686,49 (+19,3%) o registado no ano anterior.

Este acréscimo de receita resulta, basicamente, da publicação da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que veio obrigar, a generalidade das entidades, a descontar uma taxa de contribuição mensal para a CGA de 15% sobre a remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social convergente, independentemente da respectiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia.

Em consequência deste aumento de quotizações, a capacidade de auto financiamento do sistema aumentou 6,2% em relação ao exercício anterior, pois o rácio quotizações/pensões situou-se em 48,5% (contra 42,3% em 2009).

O valor de €538 224 352,28 verificado, em 2010, nos proveitos suplementares resultou, essencialmente, da contabilização dos movimentos relativos ao reembolso de títulos das carteiras afectas às Reservas especiais.

Os proveitos e ganhos financeiros, em 2010, ascenderam a €442 067 887,11, devido, essencialmente, à contabilização nesta conta do rendimento gerado pelas carteiras de títulos afectos às Reservas especiais e ao Fundo de reserva da CGA que totalizou €102 044 984,72, e da anulação das provisões para investimentos financeiros constituídas para registar potenciais menos-valias, entre o valor de aquisição e o valor de mercado das mencionadas carteiras, num total de €339 582 686,62.

Os proveitos e ganhos extraordinários totalizaram €2 817 251 481,57, e resultaram, sobretudo, da contabilização nesta conta de verbas devidas pela PT Comunicações, S.A., a título de compensação financeira pela transferência de responsabilidades com pensões do seu pessoal para a CGA, nos termos do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, desagregadas do seguinte modo:

- €2 418 412 000,00, no âmbito da transferência para a CGA dos encargos com as pensões e outras prestações sociais dos trabalhadores e pensionistas da PT, oriundos dos Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P. que tenham sido admitidos até 14 de Maio de 1992, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010;
- €385 377 000,00, no âmbito da transferência para a CGA dos encargos com as pensões regulamentares de invalidez e de velhice, sobrevivência e outras prestações sociais dos trabalhadores da PT, oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., admitidos nesta empresa até 31 de Janeiro de 1998, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.



## 5.2. Resultados

O resultado líquido do exercício de 2010 cifrou-se em €2 865 364 410,91, estando este valor fortemente influenciado pelos proveitos e custos resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro.

Em face disso, e considerando que o diploma em apreço determinou que tais verbas deverão ficar afectas à cobertura das responsabilidades transferidas, propõe-se que o resultado líquido apurado no exercício de 2010 seja aplicado da seguinte forma:

- €2 418 412 000,00, na criação da Reserva Especial – PT;
- €385 377 000,00, na criação da Reserva Especial – Marconi;
- transição para o exercício seguinte do remanescente, €61 575 410,91, a fim de absorver parte do valor negativo dos resultados transitados de anos anteriores.

Estas Reservas Especiais serão criadas para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela sua aplicação em títulos da dívida pública e os proveitos previstos no mencionado diploma, suportar os encargos futuros com as pensões de pessoal da PT, transferidos para a responsabilidade da CGA.

### 5.3. Financiamento do sistema

O quadro seguinte evidencia as aplicações de recursos e as fontes de financiamento da Caixa Geral de Aposentações no ano de 2010.

QUADRO 24 - FINANCIAMENTO DO SISTEMA EM 2010

Aplicações de recursos		
Pensões		
Aposentação	7 608 854 439.59	
Sobrevivência	796 861 909.94	8 405 716 349.53
Outras prestações		49 379 945.42
Outras despesas		33 012 834.25
Encargos financeiros		5 422 603.87
Transferência Inst. Comunitárias		200 147.77
Aplicações financeiras		1 819 832 101.68
Amortização de empréstimos bancários		74 822 350.34
Saldo da gerência de dotações orçamentais		192 999 722.43
		<u>10 581 386 055.29</u>
Fontes de financiamento		
Quotizações		
Quotas	1 404 196 303.65	
Contribuição de Entidades	2 049 580 893.26	3 453 777 196.91
Dotações do Orçamento do Estado		
Comparticipação do OE	3 749 924 560.00	
Resp. Estado Pag. Pensões	251 734 700.00	
Contagens tempo (Ex-combatentes)	11 050 000.00	4 012 709 260.00
Entidades por pagamento de pensões e outras prestações		721 622 829.50
Outras receitas		19 217 378.86
Transferência DL 246/2003 (CTT)		12 737.64
Transferência DL 140-B/2010 (PT/Marconi)		1 882 112 603.42
Aplicações financeiras - reembolso e rendimento de títulos		412 315 255.73
Empréstimos bancários		74 822 350.34
Saldo transitado da gerência anterior		4 796 442.89
		<u>10 581 386 055.29</u>

Os principais suportes financeiros do sistema foram, tal como nos anos anteriores, a comparticipação do Orçamento do Estado e as quotizações, com 35,4% e 32,6% do respectivo valor total, ultrapassando, no seu conjunto, 7 203 milhões de euros.

Em 2010, a CGA recebeu €1 882 112 603,42 da PT Comunicações, S.A., sendo €1 613 921 726,17 destinados a suportar os encargos com pensões do pessoal oriundo dos CTT e €268 190 877,25 do pessoal oriundo da Marconi, e €12 737,64 dos CTT – Correios de Portugal, S.A., no âmbito dos processos de transferência para esta Caixa de responsabilidades por encargos com pensões de pessoal afecto àqueles organismos.

O rendimento anual dos capitais aplicados e os reembolsos de títulos das carteiras afectas às Reservas especiais, necessários para suportar encargos com as pensões cujas responsabilidades foram transferidas para a CGA, ascenderam em 2010 a €412 315 255,73. Por sua vez, as aplicações de recursos em aplicações financeiras, que em 2010 ascenderam a €1 819 832 101,68, traduzem a aplicação em títulos da dívida pública do rendimento anual dos capitais aplicados e de parte do valor recebido da PT Comunicações.

Os recursos foram aplicados maioritariamente no pagamento de pensões, que atingiu 8 406 milhões de euros, ou seja, mais 334 milhões do que no ano anterior, tendo representado 79,4% do total das aplicações.

Refira-se que parte do dispêndio total com pensões e outras prestações constituiu encargo directo de outras entidades (€717 796 238,03) e do Estado (€246 728 500,00). O diferencial entre este valor e o valor de €251 734 700,00 recebido do Estado, ao longo do ano de 2010, respeita, essencialmente, a encargos com pensões de antigos combatentes, relativos a 2009, que, nos termos da Lei n.º 3/2009, de 13 de Janeiro, compete ao Estado suportar.

Além disso, também ao abrigo da mencionada Lei n.º 3/2009, a CGA recebeu do Estado €11 050 000,00, respeitante a contagens de tempo efectuadas a antigos combatentes.

Para suprir insuficiências pontuais de tesouraria no mês de Dezembro, no total de €74 822 350,34, a CGA recorreu a um financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, em regime de conta corrente, o qual se encontrava integralmente liquidado no final do ano.

Assim, constata-se que, no final do ano de 2010, a receita ascendeu a €10 581 386 055,29 e a despesa totalizou €10 388 386 332,86, tendo, em consequência, o saldo da gerência de dotações orçamentais sido de €192 999 722,43.

#### **5.4. Saldo da gerência**

Como se referiu no ponto que precede, a execução orçamental da CGA em 2010 registou um saldo da gerência de dotações orçamentais de €192 999 722,43.

Porém, o saldo de tesouraria em 31 de Dezembro ascendia a €202 109 246,92, resultante do saldo de execução orçamental de €192 999 722,43 e do saldo de €9 109 524,49, relativo a operações extra-orçamentais com expressão apenas na tesouraria, decorrente das variações entre os valores dos descontos, efectuados nas pensões, retidos e entregues ao Estado e a outras entidades.

Assim, propõe-se que o referido saldo de tesouraria transite para o Orçamento da CGA para 2011 e seja aplicado do seguinte modo:

- €12 737,64, para reforço da Reserva especial dos CTT e correspondente aplicação em títulos da dívida pública na carteira afectada à mencionada Reserva especial;
- €100 191 069,31, para aplicação em títulos da dívida pública na carteira afectada à Reserva especial da PT, a criar;

- €60 387 391,76, para aplicação em títulos da dívida pública na carteira afecta à Reserva especial da Marconi, a criar;
- e o remanescente, de €41 518 048,21, para financiamento das despesas correntes de 2011.

## 6. RECURSOS HUMANOS

Os meios e serviços necessários para o exercício da actividade da CGA, nomeadamente os recursos humanos, são assegurados pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, e nas condições previstas na Convenção celebrada entre a CGA e a CGD e homologada por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, em 13 de Dezembro de 2001.

Neste contexto, a CGD integra, na sua estrutura orgânica, o Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (DAC), órgão que serve de suporte ao funcionamento da CGA.

A evolução do pessoal em serviço na CGA, desde 2006, é a que se apresenta no quadro seguinte:

QUADRO 25 - PESSOAL EM SERVIÇO NA CGA

	2006	2007	2008	2009	2010
N.º de empregados em 31 Dezembro	305	299	289	274	274

Em 31 de Dezembro de 2010, estavam adstritos à CGA 274 empregados da CGD. Apesar de o número se manter estável em relação ao final do ano anterior, houve alteração da sua composição tendo saído 27 empregados, dos quais 21 por passagem à situação de aposentação, e sido integrados 27 novos empregados, essencialmente oriundos de outros Departamentos da CGD.

No final do ano de 2010, a distribuição por sexos do pessoal em serviço na CGA, era de 112 homens (40,9%) e 162 mulheres (59,1%).

Globalmente a média das idades do pessoal situava-se nos 46,3 anos, sendo a população feminina mais jovem que a masculina (45,9 anos e 46,8 anos, respectivamente).

Quanto ao tempo total de serviço prestado para efeito de reforma, a média global situava-se em 21,8 anos, sendo de 22,4 a dos homens e de 21,4 a das mulheres.

No domínio da formação profissional, regista-se a participação do pessoal afecto à CGA em diversas acções de formação, com particular incidência em matérias do âmbito da informática. De destacar, também, a participação de todo o pessoal do DAC numa formação no âmbito do regime de protecção social convergente gerido pela CGA.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a descrição, ao longo do presente relatório, da actividade desenvolvida pela Caixa Geral de Aposentações, I.P. no decurso de 2010, e analisada a evolução da situação económica e financeira do sistema de segurança social público que gere, evidenciam-se, seguidamente, alguns dos aspectos de maior relevo.

Sublinha-se, desde logo, a transferência legal das responsabilidades por encargos com pensões e outras prestações da PT para a CGA, com a correspondente compensação financeira à CGA visando a cobertura total das responsabilidades transferidas. A este propósito, importa referir que a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2010, no qual se encontram reflectidos os proveitos extraordinários decorrentes daquela compensação financeira, prevê a constituição de uma reserva especial, à qual ficarão afectos títulos da dívida pública portuguesa, com o objectivo de fazer face aos encargos futuros com as respectivas pensões, aos quais tal reserva ficará exclusivamente consignada.

No campo legislativo, importa relevar os efeitos da publicação da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que, entre outras medidas, veio alterar as condições de aposentação e o cálculo das pensões atribuídas pela CGA.

No domínio económico-financeiro, assinala-se a obrigação, prevista na mencionada Lei n.º 3-B/2010, de, a partir de 1 de Janeiro de 2010, a generalidade das entidades contribuírem mensalmente para a CGA com uma taxa de 15% sobre a remuneração sujeita a desconto de quota dos trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social convergente ao seu serviço, independentemente da respectiva natureza jurídica e do seu grau de autonomia. Por outro lado, os descontos para efeitos de aposentação e para efeitos de pensão de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública abrangidos pelo regime de protecção social convergente passam, nos termos do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, a ser de 8% e de 3%, respectivamente, a partir de 1 de Janeiro de 2011.

Ainda no contexto financeiro, salienta-se a existência de algumas dívidas à CGA, de valor elevado, que têm reflexos directos na necessidade de recurso a verbas do orçamento do Estado, a título de comparticipação para o equilíbrio financeiro da CGA. Pelo seu elevado montante e antiguidade, destaca-se a dívida do Ministério da Defesa Nacional, de cerca de 69,7 M€ relativa a encargos com antigos combatentes, nos termos da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 303/2002, de 13 de Dezembro, pela Lei n.º 21/2004, de 5 de Junho, pelo Decreto-Lei n.º 160/2004, de 2 de Julho, e pela Lei n.º 3/2009, de 13 de Janeiro.

No plano interno, destaca-se a continuação da aposta da CGA na utilização dos canais electrónicos, com a implementação, em 2010, de novas funcionalidades disponibilizadas via Internet aos utentes da CGA, nomeadamente a possibilidade de consulta do estado dos processos em curso, e às entidades que se relacionam com esta Caixa, designadamente o alargamento dos métodos e canais de pagamento, já anteriormente disponibilizados para as quotas e contribuição de entidades, às restantes verbas devidas à CGA.

Por último, sublinha-se a grande capacidade de adaptação, do pessoal em funções na CGA, às sucessivas e profundas alterações que têm vindo a ser introduzidas nas regras do regime de segurança social público, ao qual o Conselho Directivo exprime o seu apreço e reconhecimento pela dedicação e empenhamento demonstrados.

Lisboa, 22 de Março de 2011

#### O CONSELHO DIRECTIVO

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa

José Fernando Maia de Araújo e Silva

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

A C T I V O						FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Código das Contas		2010			2009	Código das Contas		2010	2009
		Activo Bruto	Amort./Prov.	Activo Líquido	Activo Líquido				
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						<b>PATRIMÓNIO</b>		
423	EQUIPAMENTO BÁSICO	68 049.75	68 049.75	0.00	0.00	511	FUNDO PERMANENTE	37 529 715.60	37 529 715.60
						512	FUNDO DE RESERVA	498 840 978.24	498 840 978.24
								536 370 693.84	536 370 693.84
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						<b>RESERVAS</b>		
414	INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	49 669.49	0.00	49 669.49	50 242.75	578201	RESERVA ESPECIAL - MACAU	28 037 998.36	44 261 200.29
4151	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	125 000 000.00	0.00	125 000 000.00	160 649 000.00	578202	RESERVA ESPECIAL - BNU	28 214 290.59	51 824 071.29
4152	TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	1 703 162 637.98	4 321 957.83	1 698 840 680.15	0.00	578203	RESERVA ESPECIAL - DRAGAPOR	6 036 620.74	6 827 279.63
41541	TÍTULOS - C/ FUNDO DE RESERVA	92 371 162.45	10 581 416.18	81 789 746.27	89 511 296.53	578204	RESERVA ESPECIAL - RDP I	13 575 897.39	16 234 743.03
4154301	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - MACAU	29 034 430.55	3 093 715.65	25 940 714.90	41 175 448.30	578205	RESERVA ESPECIAL - INDEP	7 911 684.27	10 757 438.10
4154302	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - BNU	28 978 947.91	3 126 737.32	25 852 210.59	48 180 144.79	578206	RESERVA ESPECIAL - RDP II	38 246 715.44	43 672 864.14
4154303	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - DRAGAPOR	6 235 063.21	635 373.36	5 599 689.85	6 355 221.60	578207	RESERVA ESPECIAL - CTT	16 901 722.04	159 519 630.96
4154304	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - RDP I	13 989 116.56	1 420 981.31	12 568 135.25	15 115 675.38	578208	RESERVA ESPECIAL - INCM	108 391 496.45	124 719 915.06
4154305	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - INDEP	8 126 397.47	842 040.58	7 284 356.89	10 013 822.56	578209	RESERVA ESPECIAL - ANA	128 055 938.26	147 096 737.15
4154306	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - RDP II	39 372 018.19	4 048 863.60	35 323 154.59	40 661 158.93	578210	RESERVA ESPECIAL - NAV	190 346 584.29	215 587 592.68
4154307	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - CTT	17 856 265.72	1 823 089.75	16 033 175.97	148 423 706.07	578211	RESERVA ESPECIAL - CGD	1 973 094 741.85	2 228 576 129.17
4154308	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - INCM	113 973 527.99	12 026 052.68	101 947 475.31	85 863 952.90			2 538 813 689.68	3 049 077 601.50
4154309	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - ANA	131 616 412.59	13 670 665.78	117 945 746.81	136 941 234.35				
4154310	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - NAV	198 791 423.92	20 599 918.71	178 191 505.21	200 631 650.16	59	<b>RESULTADOS TRANSITADOS</b>	(122 324 658.97)	(165 987 968.50)
4154311	TÍTULOS - C/ RESERVA ESPECIAL - CGD	2 059 050 817.97	211 124 282.15	1 847 926 535.82	2 029 511 818.55	88	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	2 865 364 410.91	43 663 309.53
		4 567 607 892.00	287 315 094.90	4 280 292 797.10	3 013 084 372.87				
	<b>CIRCULANTE</b>						<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	5 818 224 135.46	3 463 123 636.37
	<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>						<b>PASSIVO</b>		
212	CONTRIBUINTES, C/C	326 354 155.63	0.00	326 354 155.63	314 635 561.45		<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>		
213	UTENTES, C/C	12 308 117.03	0.00	12 308 117.03	12 077 014.91				
215	ENTIDADES - ENCARGO COM PENSÕES	73 634 269.62	0.00	73 634 269.62	84 997 217.87	213	UTENTES, C/C	914 712.41	979 032.77
216	ENTIDADES - DÍVIDAS DIVERSAS	921 676 396.58	0.00	921 676 396.58	0.00	215	ENTIDADES - ENCARGO COM PENSÕES	225 180.92	914 393.46
217	VALORES DE TRANSIÇÃO	7 485 431.99	0.00	7 485 431.99	6 366 093.84	217	VALORES DE TRANSIÇÃO	3 895 681.92	16 179 879.34
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	591 071.34	0.00	591 071.34	504 166.45	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	69 989 955.89	60 876 253.62
26	OUTROS DEVEDORES	21 790 378.16	0.00	21 790 378.16	312 961.69	26	OUTROS CREDITORES	6 090 793.83	20 116 040.99
		1 363 839 820.35	0.00	1 363 839 820.35	418 893 016.21			81 116 324.97	99 065 600.18
	<b>CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INST. FINANCEIRAS E CAIXA</b>						<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
12	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	213 561 842.75	0.00	213 561 842.75	90 000 865.60	273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	3 775 324.72	5 271 263.86
		213 561 842.75	0.00	213 561 842.75	90 000 865.60			3 775 324.72	5 271 263.86
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>								
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	45 421 324.95	0.00	45 421 324.95	45 482 245.73				
		45 421 324.95	0.00	45 421 324.95	45 482 245.73				
							<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	84 891 649.69	104 336 864.04
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	6 190 498 929.80	287 383 144.65	5 903 115 785.15	3 567 460 500.41		<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	5 903 115 785.15	3 567 460 500.41

O DIRECTOR CENTRAL

Serafim Ribeiro Amorim

O CONSELHO DIRECTIVO

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa

Jose Fernando Maia de Araújo e Silva



CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2010

Código	CUSTOS E PERDAS			Código	PROVEITOS E GANHOS		
das Contas		2010	2009	das Contas		2010	2009
	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>				<b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>		
621	SUBCONTRATOS	12 407 669.76	12 505 174.65	712	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 874 968.63	2 017 173.60
622	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	7 948 595.26	8 846 490.33				
		20 356 265.02	21 351 664.98		<b>IMPOSTOS E TAXAS</b>		
	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS E PRESTAÇÕES SOCIAIS</b>			7221	DESCONTOS EM ADJUDICAÇÕES	3 348 769.18	7 765 219.12
6311	CUSTOS COM PENSÕES DA CGA	7 443 457 953.23	7 124 392 546.05	72411	CONTRIBUINTES - SUBSCRITORES	1 412 667 228.22	1 437 574 589.96
6312	CUSTOS COM PENSÕES DO ESTADO	245 338 608.00	243 042 582.73	72412	CONTRIBUINTES - ENTIDADES	2 059 998 109.15	1 464 323 337.37
6313	TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS	188 036.40	610 036.23	72414	TAXAS DE JUNTAS DE RECURSO	6 455.00	4 075.00
6331	CUSTOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS DA CGA	45 735 334.49	46 988 667.50	72421	JUROS DE MORA	3 817 636.28	6 738 289.89
6332	CUSTOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS DO ESTADO	1 185 467.63	1 187 078.63	72422	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	24.94	24.94
		7 735 905 399.75	7 416 220 911.14			3 479 838 222.77	2 916 405 536.28
	<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>				<b>PROVEITOS SUPLEMENTARES</b>		
641	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS	94 159.39	96 538.74	733	PENSÕES PRESCRITAS E ANULADAS	3 136 604.58	5 006 698.42
643	PENSÕES E OUTROS ABONOS	6 665 639.44	6 517 966.56	735	REPOSIÇÃO DE PENSÕES	5 775 689.06	7 134 186.89
649	ENCARGOS SOBRE PENSÕES	596 530.81	583 319.50	736	COMPENSAÇÃO DE CUSTOS COM PENSÕES	529 249 174.20	185 860 783.17
		7 356 329.64	7 197 824.80	737	EMOLUMENTOS	40 438.71	49 125.98
				739	OUTROS PROVEITOS NÃO ESPECIFICADOS	22 445.73	73 881.42
65	<b>OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>	8 031.73	5 339.56			538 224 352.28	198 124 675.88
					<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS</b>		
	(A)	<b>7 763 626 026.14</b>	<b>7 444 775 740.48</b>	74211	COMPARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO	3 749 924 560.00	3 473 943 640.00
68	<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS</b>	618 441 273.00	28 192 417.62	74212	COMPENSAÇÃO DO ESTADO	246 524 075.63	244 229 661.36
	(C)	<b>8 382 067 299.14</b>	<b>7 472 968 158.10</b>	74213	COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - DL 467/99	6 205.78	11 303.84
69	<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS</b>	33 568 513.06	24 516 483.28	74214	CONSIGNAÇÃO DE IVA - LEI 39/05	0.00	506 911 897.43
	(E)	<b>8 415 635 812.20</b>	<b>7 497 484 641.38</b>	74215	CONTAGENS DE TEMPO - ANTIGOS COMBATENTES	5 288 469.34	5 757 705.17
						4 001 743 310.75	4 230 854 207.80
88	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2 865 364 410.91</b>	<b>43 663 309.53</b>		(B)	<b>8 021 680 854.43</b>	<b>7 347 401 593.56</b>
				78	<b>PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS</b>	442 067 887.11	145 190 565.37
					(D)	<b>8 463 748 741.54</b>	<b>7 492 592 158.93</b>
				79	<b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	2 817 251 481.57	48 555 791.98
					(F)	<b>11 281 000 223.11</b>	<b>7 541 147 950.91</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>11 281 000 223.11</b>	<b>7 541 147 950.91</b>		<b>TOTAL</b>	<b>11 281 000 223.11</b>	<b>7 541 147 950.91</b>

RESUMO:

RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A) =

RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A) =

RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C) =

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F) - (E) =

2010

258 054 828.29

(176 373 385.89)

81 681 442.40

2 865 364 410.91

2009

(97 374 146.92)

116 998 147.75

19 624 000.83

43 663 309.53

O DIRECTOR CENTRAL

Serafim Ribeiro Amorim

O CONSELHO DIRECTIVO

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa

Jose Fernando Maia de Araújo e Silva

**CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES**  
**Controlo Orçamental - Despesa**

Classificação Económica		Dotações corrigidas	Cativos ou congelados	Compromissos assumidos	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3-4)x100
Código	Descrição				Ano	Anos anteriores	Total	Dotação não comprometida	Saldo	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(3)-(4)-(5)	(10)=(3)-(4)-(8)	(11)=(5)-(8)	(12)=(8)/(3-4)x100
010102	Órgãos sociais	84 620.00	1 269.00	82 582.15	82 582.15	0.00	82 582.15	768.85	768.85	0.00	99.08
010114	Subsídios de férias e de Natal	14 110.00	212.00	11 577.24	11 577.24	0.00	11 577.24	2 320.76	2 320.76	0.00	83.30
010308	Outras pensões	6 665 700.00	0.00	6 665 639.44	6 665 639.44	0.00	6 665 639.44	60.56	60.56	0.00	100.00
01031000	Outras despesas	596 535.00	0.00	596 530.81	596 530.81	0.00	596 530.81	4.19	4.19	0.00	100.00
020102	Combustíveis e lubrificantes	300.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	300.00	300.00	0.00	0.00
020108	Material de escritório	300 000.00	0.00	94 309.98	94 309.98	0.00	94 309.98	205 690.02	205 690.02	0.00	31.44
020118	Livros e documentação técnica	1 900.00	0.00	1 873.98	1 873.98	0.00	1 873.98	26.02	26.02	0.00	98.63
020121	Outros bens	5 800.00	0.00	1 345.49	1 345.49	0.00	1 345.49	4 454.51	4 454.51	0.00	23.20
020201	Encargos das instalações	379 000.00	0.00	164 129.85	164 129.85	0.00	164 129.85	214 870.15	214 870.15	0.00	43.31
020202	Limpeza e higiene	8 700.00	0.00	8 614.03	8 614.03	0.00	8 614.03	85.97	85.97	0.00	99.01
020203	Conservação de bens	194 400.00	0.00	171 460.71	171 460.71	0.00	171 460.71	22 939.29	22 939.29	0.00	88.20
020204	Locação de edifícios	1 068 600.00	0.00	1 068 533.08	1 068 533.08	0.00	1 068 533.08	66.92	66.92	0.00	99.99
020205A0	Hardware informático	900 000.00	0.00	671 319.69	671 319.69	0.00	671 319.69	228 680.31	228 680.31	0.00	74.59
020206	Locação de material de transporte	55 000.00	0.00	32 409.30	32 409.30	0.00	32 409.30	22 590.70	22 590.70	0.00	58.93
020208	Locação de outros bens	250 000.00	0.00	95 033.69	95 033.69	0.00	95 033.69	154 966.31	154 966.31	0.00	38.01
020209C0	Comunicações fixas de voz	220 000.00	44 000.00	99 421.65	99 421.65	0.00	99 421.65	76 578.35	76 578.35	0.00	56.49
020209D0	Comunicações móveis	9 400.00	1 880.00	5 745.64	5 745.64	0.00	5 745.64	1 774.36	1 774.36	0.00	76.40
020209E0	Outros serviços conexos de comunicações	203 800.00	40 760.00	143 288.85	143 288.85	0.00	143 288.85	19 751.15	19 751.15	0.00	87.89
020209F0	Outros serviços de comunicações	680 000.00	116 000.00	530 017.04	530 017.04	0.00	530 017.04	33 982.96	33 982.96	0.00	93.97
020210	Transportes	5 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	5 000.00	5 000.00	0.00	0.00
020212B0	Outros Seguros	37 200.00	0.00	37 117.94	37 117.94	0.00	37 117.94	82.06	82.06	0.00	99.78
020213	Deslocações e estadas	15 192.00	3 700.00	11 490.48	11 490.48	0.00	11 490.48	1.52	1.52	0.00	99.99
020215B0	Outras	1 000.00	0.00	96.00	96.00	0.00	96.00	904.00	904.00	0.00	9.60
020217	Publicidade	400.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	400.00	400.00	0.00	0.00
020218	Vigilância e segurança	310 658.00	0.00	81 351.42	81 351.42	0.00	81 351.42	229 306.58	229 306.58	0.00	26.19
020219C0	Outros	2 000.00	400.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1 600.00	1 600.00	0.00	0.00
020220A0	Serviços de natureza informática	7 129 700.00	2 074 925.00	4 042 049.19	4 042 049.19	0.00	4 042 049.19	1 012 725.81	1 012 725.81	0.00	79.96
020220B0	Outros	5 100 000.00	943 625.00	4 155 631.71	4 155 631.71	0.00	4 155 631.71	743.29	743.29	0.00	99.98
020222	Serviços de saúde	639 000.00	0.00	638 155.04	638 155.04	0.00	638 155.04	844.96	844.96	0.00	99.87
020225	Outros serviços	16 390 500.00	3 639 500.00	12 750 949.61	12 750 949.61	0.00	12 750 949.61	50.39	50.39	0.00	100.00
030103	Sociedades Financeiras - Bancos e outras inst. financeiras	230 000.00	0.00	138 536.85	138 536.85	0.00	138 536.85	91 463.15	91 463.15	0.00	60.23
030113	Famílias - outras	3 857 000.00	0.00	3 855 158.99	3 855 158.99	0.00	3 855 158.99	1 841.01	1 841.01	0.00	99.95
030502	Outros	1 428 910.00	0.00	1 428 908.03	1 428 908.03	0.00	1 428 908.03	1.97	1.97	0.00	100.00
040802A0	Pensões - Encargo da CGA	7 446 026 297.00	0.00	7 444 979 069.45	7 444 979 069.45	0.00	7 444 979 069.45	1 047 227.55	1 047 227.55	0.00	99.99
040802B0	Pensões - Encargo do Estado	245 548 209.00	0.00	245 548 209.00	245 548 209.00	0.00	245 548 209.00	0.00	0.00	0.00	100.00
040802C0	Pensões - Encargo de outras entidades	716 581 315.00	0.00	715 189 071.08	715 189 071.08	0.00	715 189 071.08	1 392 243.92	1 392 243.92	0.00	99.81
040802D0	Outros Abonos - Encargo da CGA	50 148 000.00	0.00	45 592 487.47	45 592 487.47	0.00	45 592 487.47	4 555 512.53	4 555 512.53	0.00	90.92
040802E0	Outros Abonos - Encargo do Estado	1 180 291.00	0.00	1 180 291.00	1 180 291.00	0.00	1 180 291.00	0.00	0.00	0.00	100.00
040802F0	Outros Abonos - Encargo de outras entidades	2 610 000.00	0.00	2 607 166.95	2 607 166.95	0.00	2 607 166.95	2 833.05	2 833.05	0.00	99.89
040901	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	686 915.00	0.00	200 147.77	200 147.77	0.00	200 147.77	486 767.23	486 767.23	0.00	29.14
060201	Impostos e taxas	1 300 000.00	0.00	611 254.47	611 254.47	0.00	611 254.47	688 745.53	688 745.53	0.00	47.02
060203A0	Outras	263 000.00	0.00	240 905.77	240 905.77	0.00	240 905.77	22 094.23	22 094.23	0.00	91.60
090305	Administração pública central - Estado	1 860 761 511.00	0.00	1 819 832 101.68	1 819 832 101.68	0.00	1 819 832 101.68	40 929 409.32	40 929 409.32	0.00	97.80
100503	Sociedades Financeiras - Bancos e outras inst. financeiras	300 000 000.00	0.00	74 822 350.34	74 822 350.34	0.00	74 822 350.34	225 177 649.66	225 177 649.66	0.00	24.94
Total		10 671 889 963.00	6 866 271.00	10 388 386 332.86	10 388 386 332.86	0.00	10 388 386 332.86	276 637 359.14	276 637 359.14	0.00	97.41

**O DIRECTOR CENTRAL**

Serafim Ribeiro Amorim

**O CONSELHO DIRECTIVO**

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa

Jose Fernando Maia de Arajó e Silva

**CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES**  
**Controlo Orçamental - Receita**

Classificação Económica		Previsões	Receitas por	Receitas	Liquidações	Receitas	Reembolsos e restituições		Receitas	Receitas por	Grau de execução
Código	Descrição	corrigidas	cobrar no	liquidadas	anuladas	cobradas brutas	Emitidos	Pagos	cobradas líquidas	cobrar no final	orçamental
(1)	(2)	(3)	início do ano	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)-(9)	(11)=(4)+(5)-(6)-(7)	(12)=(10)/(3)x100
030301A001	Quotas de subscritores	1 407 813 911.00	0.00	1 404 196 303.65	0.00	1 404 196 303.65	0.00	0.00	1 404 196 303.65	0.00	99.74
030301B002	Serviços Integrados	1 108 930 000.00	0.00	1 107 625 688.16	0.00	1 107 625 688.16	0.00	0.00	1 107 625 688.16	0.00	99.88
030301B003	Serviços e Fundos Autónomos	297 679 000.00	0.00	268 765 246.70	0.00	268 765 246.70	0.00	0.00	268 765 246.70	0.00	90.29
030301B004	Região Autónoma dos Açores	56 333 000.00	0.00	43 589 452.56	0.00	43 589 452.56	0.00	0.00	43 589 452.56	0.00	77.38
030301B005	Região Autónoma da Madeira	74 564 000.00	0.00	74 553 693.98	0.00	74 553 693.98	0.00	0.00	74 553 693.98	0.00	99.99
030301B006	Administração Local - Continente	212 500 000.00	0.00	212 441 609.81	0.00	212 441 609.81	0.00	0.00	212 441 609.81	0.00	99.97
030301B007	Administração Local - Açores	6 210 000.00	0.00	5 709 660.07	0.00	5 709 660.07	0.00	0.00	5 709 660.07	0.00	91.94
030301B008	Administração Local - Madeira	6 106 000.00	0.00	6 104 678.98	0.00	6 104 678.98	0.00	0.00	6 104 678.98	0.00	99.98
030301B009	Segurança Social	26 273 000.00	0.00	24 993 236.29	0.00	24 993 236.29	0.00	0.00	24 993 236.29	0.00	95.13
030301B010	Empresas Públicas	238 271 000.00	0.00	221 364 411.74	0.00	221 364 411.74	0.00	0.00	221 364 411.74	0.00	92.90
030301B011	Empresas Privadas	85 158 000.00	0.00	84 433 214.97	0.00	84 433 214.97	0.00	0.00	84 433 214.97	0.00	99.15
030399A007	Serviços Integrados	7 657 370.00	0.00	7 228 097.93	0.00	7 228 097.93	0.00	0.00	7 228 097.93	0.00	94.39
030399A008	Serviços e Fundos Autónomos	76 027 840.00	0.00	58 342 877.72	0.00	58 342 877.72	0.00	0.00	58 342 877.72	0.00	76.74
030399A009	Região Autónoma dos Açores	6 431 540.00	0.00	6 087 441.10	0.00	6 087 441.10	0.00	0.00	6 087 441.10	0.00	94.65
030399A010	Região Autónoma da Madeira	6 645 690.00	0.00	5 878 155.20	0.00	5 878 155.20	0.00	0.00	5 878 155.20	0.00	88.45
030399A011	Administração Local - Continente	19 556 020.00	0.00	16 800 527.57	0.00	16 800 527.57	0.00	0.00	16 800 527.57	0.00	85.91
030399A012	Administração Local - Açores	41 760.00	0.00	41 449.76	0.00	41 449.76	0.00	0.00	41 449.76	0.00	99.26
030399A013	Administração Local - Madeira	105 600.00	0.00	34 205.54	0.00	34 205.54	0.00	0.00	34 205.54	0.00	32.39
030399A014	Segurança Social	418 912 380.00	0.00	418 910 423.30	0.00	418 910 423.30	0.00	0.00	418 910 423.30	0.00	100.00
030399A015	Empresas Públicas	69 891 830.00	0.00	69 890 011.43	0.00	69 890 011.43	0.00	0.00	69 890 011.43	0.00	100.00
030399A016	Empresas Privadas	151 109 470.00	0.00	126 996 885.68	0.00	126 996 885.68	0.00	0.00	126 996 885.68	0.00	84.04
030399A017	Companhias de Seguros e Fundos de Pensões	11 570 560.00	0.00	11 412 754.27	0.00	11 412 754.27	0.00	0.00	11 412 754.27	0.00	98.64
040118	Taxas sobre o valor de adjudicações e obras públicas	6 909 220.00	0.00	2 520 802.94	0.00	2 520 802.94	0.00	0.00	2 520 802.94	0.00	36.48
040118R000	Reserva - Adjudicações	1 727 305.00	0.00	630 200.74	0.00	630 200.74	0.00	0.00	630 200.74	0.00	36.48
040199	Taxas diversas	60 000.00	0.00	35 946.96	0.00	35 946.96	0.00	0.00	35 946.96	0.00	59.91
040199R000	Reserva - Taxas diversas	15 000.00	0.00	8 986.75	0.00	8 986.75	0.00	0.00	8 986.75	0.00	59.91
040201	Juros de mora	6 645 000.00	0.00	5 993 255.45	0.00	5 993 255.45	0.00	0.00	5 993 255.45	0.00	90.19
040201R000	Reserva - Juros de mora	1 569 000.00	0.00	1 498 313.86	0.00	1 498 313.86	0.00	0.00	1 498 313.86	0.00	95.49
040299	Multas e penalidades diversas	800.00	0.00	19.95	0.00	19.95	0.00	0.00	19.95	0.00	2.49
040299R000	Reserva - Multas e penalidades diversas	200.00	0.00	4.99	0.00	4.99	0.00	0.00	4.99	0.00	2.50
050201	Bancos e outras instituições financeiras	1 500 000.00	0.00	440 115.61	0.00	440 115.61	0.00	0.00	440 115.61	0.00	29.34
050301	Administração central - Estado	136 314 490.00	0.00	81 735 299.74	0.00	81 735 299.74	0.00	0.00	81 735 299.74	0.00	59.96
050501	Juros - famílias	200.00	0.00	100.16	0.00	100.16	0.00	0.00	100.16	0.00	50.08
060301A001	Comparticipação do Orçamento do Estado	3 749 924 560.00	0.00	3 749 924 560.00	0.00	3 749 924 560.00	0.00	0.00	3 749 924 560.00	0.00	100.00
060301B001	Pensões - DFA's/Invalidez (Forças Armadas)	169 664 000.00	0.00	169 664 000.00	0.00	169 664 000.00	0.00	0.00	169 664 000.00	0.00	100.00
060301B002	Pensões - Subvenções vitalícias titulares cargos políticos	8 977 000.00	0.00	8 977 000.00	0.00	8 977 000.00	0.00	0.00	8 977 000.00	0.00	100.00
060301B003	Pensões de Preço de Sangue	32 655 000.00	0.00	32 655 000.00	0.00	32 655 000.00	0.00	0.00	32 655 000.00	0.00	100.00
060301B004	Pensões - Decreto-Lei n.º 227/96 (Pessoal BNU)	24 486 000.00	0.00	24 486 000.00	0.00	24 486 000.00	0.00	0.00	24 486 000.00	0.00	100.00
060301B005	Pensões - Decreto-Lei n.º 90/99 (Pessoal RDP)	3 857 500.00	0.00	3 857 500.00	0.00	3 857 500.00	0.00	0.00	3 857 500.00	0.00	100.00
060301B006	Pensões - Decreto-Lei n.º 467/99 (Sector Portuário)	49 000.00	0.00	49 000.00	0.00	49 000.00	0.00	0.00	49 000.00	0.00	100.00
060301B007	Pensões - Lei n.º 3/2009 (Antigos Combatentes)	12 040 000.00	0.00	12 040 000.00	0.00	12 040 000.00	0.00	0.00	12 040 000.00	0.00	100.00
060301B008	Quotas - Antigos Combatentes - Lei n.º 3/2009	11 050 000.00	0.00	11 050 000.00	0.00	11 050 000.00	0.00	0.00	11 050 000.00	0.00	100.00
060301B009	Contribuição do Estado - Decreto-Lei n.º 467/99 (Sector Portuário)	6 200.00	0.00	6 200.00	0.00	6 200.00	0.00	0.00	6 200.00	0.00	100.00
060301C001	Sec-Geral NDN - Fundo dos Antigos Combatentes	1 250 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
060301C002	Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	4 866 120.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
060801	Famílias	9 000 000.00	0.00	5 775 689.06	0.00	5 775 689.06	0.00	0.00	5 775 689.06	0.00	64.17
070299	Outros	1 998 000.00	0.00	1 874 968.63	0.00	1 874 968.63	0.00	0.00	1 874 968.63	0.00	93.84
080199	Outras	497 000.00	0.00	438 400.50	0.00	438 400.50	0.00	0.00	438 400.50	0.00	88.21
090210	Famílias	3 000.00	0.00	573.26	0.00	573.26	0.00	0.00	573.26	0.00	19.11
100101	Públicas	12 738.00	0.00	12 737.64	0.00	12 737.64	0.00	0.00	12 737.64	0.00	100.00
100102	Privadas	1 899 460 262.00	0.00	1 882 112 603.42	0.00	1 882 112 603.42	0.00	0.00	1 882 112 603.42	0.00	99.09
110303	Administração pública - Administração central - Estado	330 579 960.00	0.00	330 579 955.99	0.00	330 579 955.99	0.00	0.00	330 579 955.99	0.00	100.00
120502	Sociedades financeiras	300 000 000.00	0.00	74 822 350.34	0.00	74 822 350.34	0.00	0.00	74 822 350.34	0.00	24.94
160101	Na posse do serviço	6 248 427.00	0.00	4 796 442.89	0.00	4 796 442.89	0.00	0.00	4 796 442.89	0.00	76.76
	Total	11 009 153 953.00	0.00	10 581 386 055.29	0.00	10 581 386 055.29	0.00	0.00	10 581 386 055.29	0.00	96.11

**O DIRECTOR CENTRAL**

Serafim Ribeiro Amorim

**O CONSELHO DIRECTIVO**

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emilio Sequeira da Rosa

Jose Fernando Maia de Araújo e Silva

## **Anexos às demonstrações financeiras**

### **1. Caracterização da entidade**

- 1.1 A Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA), é um instituto público, com o código de classificação orgânica 041050200, integrado na administração indirecta do Estado, sob superintendência e tutela do Ministério das Finanças e da Administração Pública, dotado de autonomia administrativa e financeira, com património próprio e jurisdição sobre todo o território nacional.

A CGA tem a seu cargo a gestão do regime de segurança social público em matéria de pensões de aposentação, de reforma (forças armadas e GNR), de sobrevivência e de outras de natureza especial, designadamente, pensões de preço de sangue e pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados à Pátria.

Os subscritores da CGA são fundamentalmente funcionários e agentes administrativos (civis e militares) da administração pública central, local e regional, professores do ensino particular e cooperativo e trabalhadores de algumas empresas públicas e sociedades anónimas de capitais públicos (ex-empresas públicas), admitidos até 2005.12.31.

- 1.2 A CGA foi criada pelo Decreto-Lei n.º 16 667, de 27 de Março de 1929, tendo a sua actual lei orgânica sido aprovada pelo Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, o qual, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), adaptou a sua orgânica ao quadro legal que disciplina os institutos públicos, introduzido pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, tendo a sua actual designação – Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) – sido definida pelo Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro.

- 1.3 Nos termos do artigo 4.º do referido Decreto-Lei n.º 84/2007, são órgãos da CGA, I.P., o conselho directivo, o fiscal único e o conselho consultivo.

O conselho directivo é composto por um presidente e dois vogais, nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área das finanças, sob proposta deste, de entre os membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A..

O controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial é assegurado por um fiscal único, constituído por um revisor oficial de contas, nomeado, em 2007, por força do Despacho n.º 6310/2007, de 21 de Fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República n.º 63, II Série, de 29 de Março de 2007.

O conselho consultivo é constituído pelo presidente do conselho directivo da CGA, que preside, e respectivos vogais, por um representante da Direcção-Geral do Orçamento, por um representante da Direcção-Geral das Autarquias Locais, por um representante da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público e por um representante de cada uma das três estruturas sindicais representativas dos funcionários e agentes da Administração Pública.

1.4 No âmbito das funções que lhe estão cometidas, a actividade da CGA consiste, em síntese, no seguinte:

- Gestão e atribuição de pensões e prestações devidas no âmbito do regime de segurança social do sector público e de outras de natureza especial, nos termos da Lei;
- Gestão e controlo das quotas dos subscritores;
- Gestão e controlo das contribuições de entidades para o financiamento do sistema;
- Apresentação de propostas ou participação na elaboração de projectos de legislação da segurança social do sector público;
- Elaboração de informação estatística e de gestão;
- Gestão de reservas especiais constituídas com o objectivo de fazer face a encargos com pensões cuja responsabilidade foi legalmente transferida para a CGA.

1.5 Os meios e serviços necessários para o exercício da actividade da CGA, incluindo os recursos humanos, são prestados pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do citado Decreto-Lei n.º 84/2007.

As modalidades e condições da prestação desses meios e serviços encontram-se, ainda, reguladas numa Convenção celebrada entre a CGA e a CGD e homologada por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, em 13 de Dezembro de 2001.

Neste contexto, a CGD integra, na sua estrutura orgânica, o Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (DAC), órgão que serve de suporte ao funcionamento da CGA.

Em 31 de Dezembro de 2010, estavam adstritos à CGA 274 empregados da CGD.

1.6 A CGA adoptou, a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro.

## **2. Notas ao balanço e à demonstração de resultados**

As notas apresentadas neste Anexo correspondem à numeração definida no POCP. Aquelas cuja numeração se omite, não são aplicáveis à CGA ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

- 2.3 Os registos contabilísticos das demonstrações financeiras estão valorizados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um activo a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados com a compra.

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos os que respeitam a vários períodos e que são imputados aos resultados de cada um desses períodos pelo valor que lhes corresponde.

Os ajustamentos no valor das provisões para investimentos financeiros são registados pelas diferenças entre o custo de aquisição dos títulos da dívida pública e o respectivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

- 2.5 Em 2010, foram efectuados reforços de provisões de aplicações financeiras, no montante de €609 830 823,24, para fazer face a menos valias potenciais das carteiras de títulos da CGA. Por sua vez, foram anuladas provisões no valor de €339 582 686,62.

Das variações ocorridas, traduzidas num custo de €270 248 136,62, somente €10 349 644,58 afectaram o resultado líquido do exercício, valor esse que traduz a variação entre os reforços e as reversões de provisões ocorridos na conta “Títulos – c/fundo de reserva”.

- 2.7 Os movimentos ocorridos nas amortizações e provisões das rubricas do activo imobilizado constam do quadro seguinte:

**Amortizações e Provisões**

(em euros)				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	815 663.18	0.00	747 613.43	68 049.75
	815 663.18	0.00	747 613.43	68 049.75
De investimentos financeiros:				
Outras aplicações financeiras:				
Títulos da dívida pública	0.00	4 321 957.83	0.00	4 321 957.83
Fundos:				
Títulos - c/ fundo de reserva	231 771.60	21 617 839.05	11 268 194.47	10 581 416.18
Títulos - c/ res. especial - Macau	212 962.29	7 336 764.12	4 456 010.76	3 093 715.65
Títulos - c/ res. especial - BNU	271 076.20	8 001 554.02	5 145 892.90	3 126 737.32
Títulos - c/ res. especial - DRAGAPOR	21 316.86	1 350 383.17	736 326.67	635 373.36
Títulos - c/ res. especial - RDP I	53 023.30	3 076 713.02	1 708 755.01	1 420 981.31
Títulos - c/ res. especial - INDEP	46 301.57	1 925 818.96	1 130 079.95	842 040.58
Títulos - c/ res. especial - RDP II	134 092.93	8 626 493.86	4 711 723.19	4 048 863.60
Títulos - c/ res. especial - CTT	666 413.57	16 393 144.02	15 236 467.84	1 823 089.75
Títulos - c/ res. especial - INCM	313 300.86	25 875 417.79	14 162 665.97	12 026 052.68
Títulos - c/ res. especial - ANA	940 137.94	28 899 455.34	16 168 927.50	13 670 665.78
Títulos - c/ res. especial - NAV	1 243 857.89	42 916 626.32	23 560 565.50	20 599 918.71
Títulos - c/ res. especial - CGD	12 932 703.27	439 488 655.74	241 297 076.86	211 124 282.15
	17 066 958.28	609 830 823.24	339 582 686.62	287 315 094.90

Em 2010, importa referir a anulação de €747 613,43, na conta de amortizações acumuladas 4823 – “Equipamento básico”, correspondente ao abate de diverso material que se encontrava totalmente amortizado.

Salienta-se, ainda, dos movimentos ocorridos na conta de provisões para investimentos financeiros, o saldo de €4 321 957,83, na conta 4952 – “Títulos da dívida pública”, respeitante aos títulos da dívida pública entregues pela PT Comunicações, S.A., como compensação financeira pela transferência para a CGA, prevista no Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, das responsabilidades com pensões e outros encargos dos trabalhadores da PT Comunicações, S.A. oriundos dos Correios e Telecomunicações de Portugal e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

2.8 O quadro seguinte evidencia os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado bruto constantes do balanço:

(em euros)				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	815 663.18	0.00	747 613.43	68 049.75
	815 663.18	0.00	747 613.43	68 049.75
De investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	50 242.75	0.00	573.26	49 669.49
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras:				
Depósitos a prazo - fundo de reserva	4 876 000.00	36 954 000.00	36 811 000.00	5 019 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - Macau	2 283 000.00	16 370 000.00	17 055 000.00	1 598 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - BNU	2 677 000.00	15 115 000.00	15 943 000.00	1 849 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - DRAGAPOR	352 000.00	3 040 000.00	3 059 000.00	333 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - RDP I	837 000.00	8 458 000.00	8 516 000.00	779 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - INDEP	555 000.00	4 073 000.00	4 140 000.00	488 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - RDP II	2 251 000.00	21 355 000.00	21 334 000.00	2 272 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - CTT	8 297 000.00	35 428 000.00	43 261 000.00	464 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - INCM	5 071 000.00	46 175 000.00	46 533 000.00	4 713 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - ANA	7 578 000.00	72 425 000.00	72 085 000.00	7 918 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - NAV	11 102 000.00	85 680 000.00	87 928 000.00	8 854 000.00
Depósitos a prazo - res. esp. - CGD	114 770 000.00	1 918 927 389.28	1 942 984 389.28	90 713 000.00
Títulos da dívida pública	0.00	1 703 162 637.98	0.00	1 703 162 637.98
Fundos:				
Títulos - c/ fundo de reserva	89 743 068.13	23 819 118.43	21 191 024.11	92 371 162.45
Títulos - c/ res. especial - Macau	41 388 410.59	5 540 364.43	17 894 344.47	29 034 430.55
Títulos - c/ res. especial - BNU	48 451 220.99	6 436 065.07	25 908 338.15	28 978 947.91
Títulos - c/ res. especial - DRAGAPOR	6 376 538.46	1 201 524.67	1 342 999.92	6 235 063.21
Títulos - c/ res. especial - RDP I	15 168 698.68	2 487 613.38	3 667 195.50	13 989 116.56
Títulos - c/ res. especial - INDEP	10 060 124.13	1 796 147.19	3 729 873.85	8 126 397.47
Títulos - c/ res. especial - RDP II	40 795 251.86	7 472 887.96	8 896 121.63	39 372 018.19
Títulos - c/ res. especial - CTT	149 090 119.64	9 799 733.87	141 033 587.79	17 856 265.72
Títulos - c/ res. especial - INCM	86 177 253.76	52 883 577.89	25 087 303.66	113 973 527.99
Títulos - c/ res. especial - ANA	137 881 372.29	24 377 872.44	30 642 832.14	131 616 412.59
Títulos - c/ res. especial - NAV	201 875 508.05	38 320 572.03	41 404 656.16	198 791 423.92
Títulos - c/ res. especial - CGD	2 042 444 521.82	437 170 896.95	420 564 600.80	2 059 050 817.97
	3 030 151 331.15	4 578 469 401.57	3 041 012 840.72	4 567 607 892.00

A generalidade dos movimentos, nas rubricas de “Outras aplicações financeiras”, respeita a compras e vendas resultantes da gestão corrente das respectivas carteiras de títulos.

Salienta-se, no entanto, o elevado montante da conta 4152 – “Títulos da dívida pública” (€1 703 162 637,98) respeitante, como já foi mencionado no ponto 2.7, aos títulos da dívida pública transferidos para a CGA, de acordo com o referido Decreto-Lei n.º 140-B/2010.

Destaca-se, ainda, a aplicação de €26 000 000,00 em títulos da dívida pública, reflectida na rubrica “Títulos – c/ res. especial - INCM”, respeitante a parte da verba entregue no final de 2009, e que ficou por aplicar, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. como compensação financeira pela transferência de responsabilidades com pensões, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 240-D/2004, de 29 de Dezembro.



## 2.18 Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”:

**Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010**

Descrição	Quantidade	Valor Nominal (€)	Valor de Balanço (€)
<b>Títulos - c/fundo de reserva</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	713 050 000	7 130 500.00	6 182 856.55
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	1 092 515 000	10 925 150.00	9 589 550.41
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	1 443 900 000	14 439 000.00	13 510 572.24
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	601 100 000	6 011 000.00	5 015 277.85
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	661 400 000	6 614 000.00	5 828 918.20
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	616 500 000	6 165 000.00	5 488 699.50
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	626 350 000	6 263 500.00	4 438 629.28
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	433 900 000	4 339 000.00	3 935 689.95
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	383 100 000	3 831 000.00	3 012 698.40
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	1 387 200 000	13 872 000.00	12 444 571.20
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	456 550 000	4 565 500.00	4 532 856.68
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	290 560 000	2 905 600.00	2 815 671.68
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	170 250 000	1 702 500.00	1 702 840.50
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	324 820 000	3 248 200.00	3 290 913.83
	9 201 195 000	92 011 950.00	81 789 746.27
<b>Títulos - c/reserva especial - Macau</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	114 580 000	1 145 800.00	993 523.18
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	241 000 000	2 410 000.00	2 115 377.50
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	275 900 000	2 759 000.00	2 581 596.30
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	126 700 000	1 267 000.00	1 057 121.45
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	233 200 000	2 332 000.00	2 055 191.60
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	205 900 000	2 059 000.00	1 833 127.70
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	292 800 000	2 928 000.00	2 074 927.20
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	197 200 000	1 972 000.00	1 788 702.60
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	228 500 000	2 285 000.00	1 796 924.00
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	396 300 000	3 963 000.00	3 555 207.27
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	112 350 000	1 123 500.00	1 113 771.03
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	59 040 000	590 400.00	572 127.12
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	117 600 000	1 176 000.00	1 176 235.20
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	318 500 000	3 185 000.00	3 226 882.75
	2 919 570 000	29 195 700.00	25 940 714.90
<b>Títulos - c/reserva especial - BNU</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	138 970 000	1 389 700.00	1 205 008.87
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	335 200 000	3 352 000.00	2 942 218.00
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	340 400 000	3 404 000.00	3 185 122.84
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	203 900 000	2 039 000.00	1 701 239.65
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	206 200 000	2 062 000.00	1 817 240.60
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	288 000 000	2 880 000.00	2 564 064.00
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	222 100 000	2 221 000.00	1 573 911.65
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	71 900 000	719 000.00	652 168.95
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	190 500 000	1 905 000.00	1 498 092.00
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	277 500 000	2 775 000.00	2 489 452.50
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	84 600 000	846 000.00	838 281.08
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	75 900 000	759 000.00	735 508.95
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	160 000 000	1 600 000.00	1 600 320.00
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	301 000 000	3 010 000.00	3 049 581.50
	2 896 170 000	28 961 700.00	25 852 210.59
A Transportar	15 016 935 000	150 169 350.00	133 582 671.76

**Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010 (cont.)**

Descrição	Quantidade	Valor Nominal (€)	Valor de Balanço (€)
<i>Transporte</i>	15 016 935 000	150 169 350.00	133 582 671.76
<b>Títulos - c/reserva especial - DRAGAPOR</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	55 110 000	551 100.00	477 858.81
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	50 250 000	502 500.00	441 069.37
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	69 500 000	695 000.00	650 311.49
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	40 700 000	407 000.00	339 580.45
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	59 400 000	594 000.00	523 492.20
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	61 500 000	615 000.00	547 534.50
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	45 600 000	456 000.00	323 144.40
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	45 400 000	454 000.00	411 800.70
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	25 900 000	259 000.00	203 677.60
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	69 300 000	693 000.00	621 690.30
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	29 190 000	291 900.00	289 812.91
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	35 480 000	354 800.00	343 818.94
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	12 750 000	127 500.00	127 525.50
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	29 450 000	294 500.00	298 372.68
	629 530 000	6 295 300.00	5 599 689.85
<b>Títulos - c/reserva especial - RDP I</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	106 830 000	1 068 300.00	926 322.93
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	77 300 000	773 000.00	678 500.75
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	163 700 000	1 637 000.00	1 531 740.90
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	108 600 000	1 086 000.00	906 104.10
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	135 600 000	1 356 000.00	1 195 042.80
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	156 200 000	1 562 000.00	1 390 648.60
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	114 700 000	1 147 000.00	812 821.55
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	116 100 000	1 161 000.00	1 053 085.05
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	66 100 000	661 000.00	519 810.40
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	150 700 000	1 507 000.00	1 351 929.70
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	54 570 000	545 700.00	541 798.25
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	92 860 000	928 600.00	899 859.83
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	75 060 000	750 600.00	760 470.39
	1 418 320 000	14 183 200.00	12 568 135.25
<b>Títulos - c/reserva especial - INDEP</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	76 640 000	766 400.00	664 545.44
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	79 900 000	799 000.00	701 322.25
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	85 200 000	852 000.00	797 216.40
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	58 200 000	582 000.00	485 591.70
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	66 900 000	669 000.00	589 589.70
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	50 800 000	508 000.00	452 272.40
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	63 000 000	630 000.00	446 449.50
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	49 000 000	490 000.00	444 454.50
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	29 200 000	292 000.00	229 628.80
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	123 800 000	1 238 000.00	1 110 609.80
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	18 000 000	180 000.00	178 356.57
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	32 540 000	325 400.00	315 328.87
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	44 500 000	445 000.00	445 089.00
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	41 840 000	418 400.00	423 901.96
	819 520 000	8 195 200.00	7 284 356.89
<i>A Transportar</i>	17 884 305 000	178 843 050.00	159 034 853.75

**Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010 (cont.)**

Descrição	Quantidade	Valor Nominal (€)	Valor de Balanço (€)
<i>Transporte</i>	17 884 305 000	178 843 050.00	159 034 853.75
<b>Títulos - c/reserva especial - RDP II</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	325 460 000	3 254 600.00	2 822 063.66
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	309 280 000	3 092 800.00	2 714 705.20
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	445 100 000	4 451 000.00	4 164 800.68
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	285 100 000	2 851 000.00	2 378 731.85
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	371 500 000	3 715 000.00	3 274 029.50
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	396 000 000	3 960 000.00	3 525 588.00
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	292 900 000	2 929 000.00	2 075 635.85
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	292 500 000	2 925 000.00	2 653 121.25
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	167 400 000	1 674 000.00	1 316 433.60
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	446 600 000	4 466 000.00	4 006 448.60
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	149 280 000	1 492 800.00	1 482 126.48
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	229 440 000	2 294 400.00	2 223 388.32
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	86 700 000	867 000.00	867 173.40
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	179 530 000	1 795 300.00	1 818 908.20
	3 976 790 000	39 767 900.00	35 323 154.59
<b>Títulos - c/reserva especial - CTT</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	152 230 000	1 522 300.00	1 319 986.33
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	124 400 000	1 244 000.00	1 091 921.00
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	269 000 000	2 690 000.00	2 517 033.05
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	100 900 000	1 009 000.00	841 859.15
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	135 400 000	1 354 000.00	1 193 280.20
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	123 900 000	1 239 000.00	1 103 081.70
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	141 175 000	1 411 750.00	1 000 436.63
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	115 000 000	1 150 000.00	1 043 107.50
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	148 200 000	1 482 000.00	1 165 444.80
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	176 300 000	1 763 000.00	1 581 587.31
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	194 600 000	1 946 000.00	1 928 250.67
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	123 100 000	1 231 000.00	1 247 187.63
	1 804 205 000	18 042 050.00	16 033 175.97
<b>Títulos - c/reserva especial - INCM</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	828 720 000	8 287 200.00	7 185 831.12
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	860 800 000	8 608 000.00	7 555 672.00
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	2 222 700 000	22 227 000.00	20 797 803.90
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	832 800 000	8 328 000.00	6 948 466.80
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	925 000 000	9 250 000.00	8 152 025.00
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	813 100 000	8 131 000.00	7 239 029.30
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	772 400 000	7 724 000.00	5 473 612.60
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	633 100 000	6 331 000.00	5 742 533.55
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	506 400 000	5 064 000.00	3 982 329.60
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	1 887 600 000	18 876 000.00	16 933 659.60
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	339 060 000	3 390 600.00	3 366 357.21
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	409 120 000	4 091 200.00	3 964 577.36
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	454 580 000	4 545 800.00	4 605 577.27
	11 485 380 000	114 853 800.00	101 947 475.31
<i>A Transportar</i>	35 150 680 000	351 506 800.00	312 338 659.62

**Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010 (cont.)**

Descrição	Quantidade	Valor Nominal (€)	Valor de Balanço (€)
<i>Transporte</i>	35 150 680 000	351 506 800.00	312 338 659.62
<b>Títulos - c/reserva especial - ANA</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	1 093 270 000	10 932 700.00	9 479 744.17
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	1 037 900 000	10 379 000.00	9 110 167.25
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	1 364 600 000	13 646 000.00	12 768 562.20
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	912 700 000	9 127 000.00	7 615 112.45
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	1 302 200 000	13 022 000.00	11 476 288.60
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	1 342 000 000	13 420 000.00	11 947 826.00
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	963 800 000	9 638 000.00	6 829 968.70
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	991 400 000	9 914 000.00	8 992 493.70
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	565 200 000	5 652 000.00	4 444 732.80
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	1 513 200 000	15 132 000.00	13 574 917.20
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	538 910 000	5 389 100.00	5 350 567.90
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	780 000 000	7 800 000.00	7 558 590.00
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	284 780 000	2 847 800.00	2 848 369.56
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	587 120 000	5 871 200.00	5 948 406.28
	13 277 080 000	132 770 800.00	117 945 746.81
<b>Títulos - c/reserva especial - NAV</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	1 647 480 000	16 474 800.00	14 285 299.08
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	1 666 710 000	16 667 100.00	14 629 547.03
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	2 146 200 000	21 462 000.00	20 081 993.40
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	1 310 200 000	13 102 000.00	10 931 653.70
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	1 939 000 000	19 390 000.00	17 088 407.00
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	1 925 800 000	19 258 000.00	17 145 397.40
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	1 424 300 000	14 243 000.00	10 093 301.95
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	1 424 400 000	14 244 000.00	12 920 020.20
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	812 400 000	8 124 000.00	6 388 713.60
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	2 174 000 000	21 740 000.00	19 502 954.00
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	847 650 000	8 476 500.00	8 415 893.03
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	1 108 080 000	11 080 800.00	10 737 849.24
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	438 200 000	4 382 000.00	4 382 876.40
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	1 143 720 000	11 437 200.00	11 587 599.18
	20 008 140 000	200 081 400.00	178 191 505.21
<b>Títulos - c/reserva especial - CGD</b>			
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	16 447 660 000	164 476 600.00	142 617 659.86
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	17 024 745 000	170 247 450.00	149 434 699.24
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	21 818 800 000	218 188 000.00	204 158 511.60
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	13 938 300 000	139 383 000.00	116 294 206.05
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	19 799 500 000	197 995 000.00	174 492 993.50
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	19 932 600 000	199 326 000.00	177 459 937.80
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	14 808 775 000	148 087 750.00	104 942 384.04
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	14 737 300 000	147 373 000.00	133 674 679.65
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	8 422 800 000	84 228 000.00	66 236 899.20
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	22 314 700 000	223 147 000.00	200 185 173.72
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	10 345 240 000	103 452 400.00	102 712 715.34
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	11 501 180 000	115 011 800.00	111 452 184.79
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	6 731 000 000	67 310 000.00	67 323 462.00
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	9 568 280 020	95 682 800.20	96 941 029.03
	207 390 880 020	2 073 908 800.20	1 847 926 535.82
<i>A Transportar</i>	275 826 780 020	2 758 267 800.20	2 456 402 447.46

**Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2010 (cont.)**

Descrição	Quantidade	Valor Nominal (€)	Valor de Balanço (€)
<i>Transporte</i>	275 826 780 020	2 758 267 800.20	2 456 402 447.46
<b>Títulos de Dívida Pública</b>			
Euro Medium Term Note 17Dez2012 Float	20 000	1 000 000 000.00	1 000 000 000.00
Euro Medium Term Note 28Dez2012 Float	6 000	300 000 000.00	300 000 000.00
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	21 671 300 000	216 713 000.00	187 911 842.30
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	1 000 000 000	10 000 000.00	9 357 000.00
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	12 000 000 000	120 000 000.00	108 846 000.00
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	1 782 200 000	17 822 000.00	14 015 220.80
Bilhetes do Tesouro 18Mar2011	7 815 358	7 815 358.00	7 682 861.11
Bilhetes do Tesouro 23Set2011	9 555 000	9 555 000.00	9 153 313.44
Bilhetes do Tesouro 18Nov2011	65 000 000	65 000 000.00	61 874 442.50
	36 535 896 358	1 746 905 358.00	1 698 840 680.15
<b>T O T A L</b>	<b>312 362 676 378</b>	<b>4 505 173 158.20</b>	<b>4 155 243 127.61</b>

2.19 O quadro seguinte apresenta a comparação entre o valor de balanço e o valor de mercado dos títulos de dívida pública afectos às diversas carteiras:

Descrição	Valor de Balanço (€)	Valor Mercado (€)	Diferença (€)
<b>Títulos de Dívida Pública</b>			
Euro Medium Term Note 17Dez2012 Float	1 000 000 000.00	1 000 000 000.00	0.00
Euro Medium Term Note 28Dez2012 Float	300 000 000.00	300 000 000.00	0.00
Obrigações do Tesouro 2010/2020 Jun 4,8%	376 072 542.30	376 072 542.30	0.00
Obrigações do Tesouro 2009/2019 Jun 4,75%	201 004 750.00	201 004 750.00	0.00
Obrigações do Tesouro 2009/2014 Out 3,6%	296 102 265.00	296 102 265.00	0.00
Obrigações do Tesouro 2008/2023 Out 4,95%	154 514 945.20	154 514 945.20	0.00
Obrigações do Tesouro 2008/2018 Jun 4,45%	227 686 498.90	227 686 498.90	0.00
Obrigações do Tesouro 2007/2017 Out 4,35%	230 697 206.90	230 697 206.90	0.00
Obrigações do Tesouro 2006/2037 Abr 4,1%	140 085 223.35	140 085 223.35	0.00
Obrigações do Tesouro 2006/2016 Out 4,2%	282 157 857.60	282 157 857.60	0.00
Obrigações do Tesouro 2005/2021 Abr 3,85%	104 810 605.60	104 810 605.60	0.00
Obrigações do Tesouro 2005/2015 Out 3,35%	277 358 201.20	277 358 201.20	0.00
Obrigações do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%	130 750 787.15	130 758 345.00	(7 557.85)
Obrigações do Tesouro 2003/2014 Jun 4,375%	141 618 905.10	141 618 905.10	0.00
Obrigações do Tesouro 2002/2012 Jun 5%	80 473 891.56	80 473 891.56	0.00
Obrigações do Tesouro 1998/2013 Set 5,45%	133 198 830.70	133 198 830.70	0.00
Bilhetes do Tesouro 18Mar2011	7 682 861.11	7 682 861.11	0.00
Bilhetes do Tesouro 23Set2011	9 153 313.44	9 153 313.44	0.00
Bilhetes do Tesouro 18Nov2011	61 874 442.50	61 874 442.50	0.00
<b>T O T A L</b>	<b>4 155 243 127.61</b>	<b>4 155 250 685.46</b>	<b>(7 557.85)</b>

Em 2010, o valor do activo líquido relativo aos títulos de dívida pública contabilizados na conta 415 – “Outras aplicações financeiras” reflecte praticamente o seu valor de mercado, com

excepção da “Obrigação do Tesouro 2005/2011 Abr 3,2%” que registava, em 31 de Dezembro, uma mais valia potencial. Acresce referir que as provisões para investimentos financeiros são registadas somente quando o preço de mercado dos títulos de dívida pública é inferior ao respectivo custo de aquisição (menos valias potenciais).

2.32 O movimento ocorrido nas contas da classe 5 – “Fundo Patrimonial”, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

### Património e Reservas

	(em euros)			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
<b>Património</b>				
Fundo permanente	37 529 715.60	0.00	0.00	37 529 715.60
Fundo de reserva	498 840 978.24	0.00	0.00	498 840 978.24
	<u>536 370 693.84</u>	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	<u>536 370 693.84</u>
<b>Reservas</b>				
Reserva especial - Macau	44 261 200.29	0.00	16 223 201.93	28 037 998.36
Reserva especial - BNU	51 824 071.29	0.00	23 609 780.70	28 214 290.59
Reserva especial - DRAGAPOR	6 827 279.63	0.00	790 658.89	6 036 620.74
Reserva especial - RDP I	16 234 743.03	0.00	2 658 845.64	13 575 897.39
Reserva especial - INDEP	10 757 438.10	0.00	2 845 753.83	7 911 684.27
Reserva especial - RDP II	43 672 864.14	0.00	5 426 148.70	38 246 715.44
Reserva especial - CTT	159 519 630.96	81 410.21	142 699 319.13	16 901 722.04
Reserva especial - INCM	124 719 915.06	0.00	16 328 418.61	108 391 496.45
Reserva especial - ANA	147 096 737.15	0.00	19 040 798.89	128 055 938.26
Reserva especial - NAV	215 587 592.68	0.00	25 241 008.39	190 346 584.29
Reserva especial - CGD	2 228 576 129.17	0.00	255 481 387.32	1 973 094 741.85
	<u>3 049 077 601.50</u>	<u>81 410.21</u>	<u>510 345 322.03</u>	<u>2 538 813 689.68</u>

Sobre as variações registadas, em 2010, nas Reservas especiais constituídas em anos anteriores importa observar o seguinte:

- “Reserva especial – Macau”

Esta reserva foi constituída em Janeiro de 1997, com as verbas até então recebidas pela CGA do Território de Macau, no âmbito dos Decretos-Lei n.º 357/1993 e 14/1994/M, de 14 de Outubro e 23 de Fevereiro. A variação do saldo, em 2010, resultou da utilização de €16 223 201,93 para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar parte dos custos com as pensões de aposentação e sobrevivência do pessoal oriundo do referido Território.

- “Reserva especial - BNU”

Esta reserva foi criada em 1996, nos termos do Despacho da Secretária de Estado do Orçamento, de 1996.10.03, no âmbito do processo de transferência de responsabilidades por encargos com pensões de aposentação e sobrevivência de pessoal do Banco Nacional Ultramarino (Decreto-Lei n.º 227/1996, de 29 de Novembro).

Durante o ano de 2010, foi utilizado desta Reserva o montante de €23 609 780,70, para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, a verba transferida do Orçamento do Estado e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as pensões do referido pessoal.

- “Reserva especial - DRAGAPOR”

Esta reserva foi criada em 1998, por Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 1999.06.15, para fazer face às responsabilidades por encargos com pensões de aposentação dos trabalhadores oriundos da ex-Direcção-Geral dos Portos, transferidas para a CGA nos termos do Decreto-Lei n.º 10/1998, de 17 de Janeiro.

Em 2010, o valor desta Reserva registou uma diminuição de €790 658,89 devido à utilização desse montante para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as pensões de aposentação dos referidos trabalhadores.

- “Reserva especial - RDP I”

Esta reserva foi criada em 1999, em cumprimento do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 1999.06.15, de modo a, conjuntamente com a verba recebida anualmente do Orçamento do Estado, os rendimentos da carteira de títulos da dívida pública afecta a esta Reserva e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os encargos com as pensões de aposentação de parte do pessoal da RDP, transferidos para a CGA nos termos do Decreto-Lei n.º 90/1999, de 22 de Fevereiro. A variação do saldo desta Reserva, no ano de 2010, resultou da utilização de €2 658 845,64.

- “Reserva especial - INDEP”

Esta reserva foi criada em 2002, em cumprimento do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 2002.10.21, para fazer face às responsabilidades por encargos com pensões de aposentação de pessoal da ex-INDEP - Indústrias Nacionais de Defesa, EP (Decreto-Lei n.º 362/1991, de 3 de Outubro).

Em 2010, foi utilizado, desta Reserva, o montante de €2 845 753,83 para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira e as variações entre as provisões

constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as pensões de aposentação dos referidos trabalhadores.

- “Reserva especial - RDP II”

Esta reserva foi constituída em 2004, de acordo com o Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 2004.01.14, para suportar os custos com as pensões de aposentação do pessoal, aposentado ou no activo, da Radiodifusão Portuguesa, S.A., transferidos para a CGA ao abrigo do Decreto-Lei n.º 291/2003, de 19 de Novembro.

Durante o ano de 2010, foram utilizados €5 426 148,70 para, juntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, os proveitos com quotizações e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as pensões de aposentação dos referidos trabalhadores.

- “Reserva especial - CTT”

Esta reserva foi criada em 2004, em cumprimento do Despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 2004.01.14, para suportar os encargos futuros com as pensões de aposentação do pessoal, aposentado ou no activo, dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (CTT), transferidos para esta Caixa nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 246/2003, de 8 de Outubro.

Em 2010 foi utilizado, desta Reserva, o montante de €142 699 319,13 para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, os proveitos com quotizações e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as referidas pensões. Ainda no ano em análise, esta reserva foi aumentada em €81 410,21 relativos à compensação de créditos entre a CGA e os CTT prevista no acordo da referida transferência.

- “Reserva especial - INCM”

Esta reserva foi criada em 2005, em cumprimento do Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 2005.07.07, para suportar os encargos futuros com as pensões de aposentação do pessoal, aposentado ou no activo, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., no âmbito do processo de transferência de responsabilidades previsto no Decreto-Lei n.º 240-D/2004, de 29 de Dezembro.

Em 2010, o valor desta Reserva diminuiu €16 328 418,61, em virtude de o referido montante ter sido utilizado, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, os proveitos com quotizações previstos no referido diploma, e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, para suportar os custos com as pensões de aposentação dos referidos trabalhadores.



- “Reserva especial - ANA”

Esta reserva foi constituída em 2005, por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 2005.07.07, para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, os proveitos com quotizações previstos no Decreto-Lei n.º 240-B/2004, de 29 de Dezembro, e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os encargos futuros com as pensões de aposentação do pessoal, aposentado ou no activo, da Ana - Aeroportos de Portugal, S.A., transferidos para a CGA nos termos do citado Decreto-Lei. Em 2010, foi utilizada, desta Reserva, a verba de €19 040 798,89.

- “Reserva especial - NAV”

Esta reserva foi criada em 2005, nos termos do Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 2005.07.07, para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira, os proveitos com quotizações previstos no Decreto-Lei n.º 240-C/2004, de 29 de Dezembro, e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os encargos futuros com as pensões de aposentação do pessoal, aposentado ou no activo, da Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal (NAV Portugal, E.P.E.), transferidos para a CGA por força do referido diploma. Em 2010, foi utilizada, desta Reserva, a verba de €25 241 008,39.

- “Reserva especial - CGD”

Esta Reserva foi criada, em 2005, de acordo com o Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 2005.07.07, para suportar os encargos futuros com as pensões de aposentação e sobrevivência do pessoal, aposentado ou no activo, da Caixa Geral de Depósitos, S.A., relativamente a tempo de serviço prestado naquela empresa até 31 de Dezembro de 2000 (Decretos-Lei n.ºs 240-A/2004 e 241-A/2004, de 29 de Dezembro e 30 de Dezembro).

Durante o ano de 2010, foi utilizado desta Reserva o montante de €255 481 387,32 para, conjuntamente com os rendimentos gerados pela respectiva carteira e as variações entre as provisões constituídas para fazer face a eventuais menos valias e as respectivas reversões, suportar os custos com as referidas pensões.

## 2.37 Demonstração dos resultados financeiros:

	(em euros)	
<b>Custos e perdas</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Juros de empréstimos bancários	30 047.99	138 536.85
Juros de mora e compensatórios	3 856 382.69	1 163 885.50
Juros de transferência de direitos	12 111.37	63 301.05
Juros de operações de reporte	1 428 908.03	0.00
Provisões para aplicações financeiras	609 830 823.24	22 863 885.53
Serviços Bancários	18 506.17	5 725.47
Comissão de gestão de carteiras de títulos	3 216 508.23	3 905 147.95
Comissões de serviços de cobrança	47 985.28	51 935.27
Resultados financeiros	(176 373 385.89)	116 998 147.75
	442 067 887.11	145 190 565.37
<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Rendimento da carteira de títulos da CGA	3 022 881.20	2 850 293.89
Rendimento da carteira de títulos de Macau	1 277 820.07	1 780 761.70
Rendimento da carteira de títulos do BNU	1 463 128.45	2 223 734.97
Rendimento da carteira de títulos da DRAGAPOR	217 782.83	234 649.36
Rendimento da carteira de títulos da RDPI	510 358.44	577 185.15
Rendimento da carteira de títulos da INDEP	327 126.90	404 402.86
Rendimento da carteira de títulos da RDPII	1 391 314.58	1 500 972.55
Rendimento da carteira de títulos dos CTT	3 442 644.09	7 821 150.64
Rendimento da carteira de títulos da INCM	3 791 785.85	3 244 252.84
Rendimento da carteira de títulos da ANA	4 674 623.27	5 087 066.19
Rendimento da carteira de títulos da NAV	6 907 738.87	7 369 091.73
Rendimento da carteira de títulos da CGD	75 017 780.17	76 363 382.65
Juros de depósitos	440 115.61	942 439.22
Juros compensatórios	0.00	856 153.18
Rendimentos de imóveis	100.16	190.79
Reversão de ajustamentos de inv. financeiros	339 582 686.62	33 934 837.65
	442 067 887.11	145 190 565.37

Em 2010, foram contabilizados €1 428 908,03, na conta 6814 – “Juros de operações de reporte”, respeitantes à verba paga a título de juros pela cedência de títulos através de operações de reporte, efectuadas entre a CGA e a CGD, superiormente autorizadas pelo Despacho do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 2010/06/23.

Destaca-se, ainda, o acentuado aumento, face ao ano anterior, dos montantes contabilizados nas contas 684 – “Provisões para aplicações financeiras” e 788 – “Reversão de ajustamentos de investimentos financeiros”, que traduzem, respectivamente, a constituição e a anulação de uma provisão para investimentos financeiros, sobre o montante de menos valias potenciais, entre o valor de aquisição e o valor de mercado, de cada título da dívida pública afecto às várias carteiras de títulos da CGA.

## 2.38 Demonstração dos resultados extraordinários:

<b>Custos e perdas</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Perdas em imobilizações	28 032 908.67	1 787 062.26
Multas e penalidades	10 500.00	0.00
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 525 098.06	22 729 421.02
Outros custos e perdas extraordinários	6.33	0.00
Resultados extraordinários	2 783 682 968.51	24 039 308.70
	2 817 251 481.57	48 555 791.98
<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Ganhos em imobilizações	3 641 398.80	24 779 919.76
Correcções relativas a exercícios anteriores	9 163 066.91	23 622 422.27
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 804 447 015.86	153 449.95
	2 817 251 481.57	48 555 791.98

Em 2010, os valores registados na conta 694 – “Perdas em imobilizações” foram bastante superiores aos registados na conta 794 – “Ganhos em imobilizações”, devido ao montante de menos valias, apurado na alienação de investimentos financeiros necessária para fazer face à cobertura de custos com pensões e prestações sociais afectos às reservas especiais, ser superior às mais valias apuradas nas referidas operações.

Salienta-se, também, na conta 798 – “Outros proveitos e ganhos extraordinários”, o montante de €2 804 447 015,86 devido, essencialmente, à contabilização de verbas entregues em 2010, e outras ainda em dívida, pela PT Comunicações, S.A., no âmbito da transferência para a CGA das responsabilidades com pensões e outros encargos do pessoal da PT, activo e aposentado, oriundo dos Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P. (admitido até 14 de Maio de 1992) e oriundo da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. (admitidos até 31 de Janeiro de 1998), com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010 e 1 de Janeiro de 2011, respectivamente.

### 3. Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

#### 3.1 Alterações orçamentais

#### Despesa

(em euros)

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas	Cativações	Dotações corrigidas influenciadas
Código	Descrição		Reforços	Antulações			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)	(7)	(8)=(6)-(7)
010102	Órgãos sociais	84 620	0	0	84 620	1 269	83 351
010114	Sub. de férias e de Natal	14 110	0	0	14 110	212	13 898
010308	Outras pensões	6 662 500	3 200	0	6 665 700	0	6 665 700
010310	Outras despesas de segurança social	596 300	235	0	596 535	0	596 535
020202	Limpeza e higiene	2 500	6 200	0	8 700	0	8 700
020204	Locação de edifícios	1 066 000	2 600	0	1 068 600	0	1 068 600
020208	Locação de outros bens	100 000	150 000	0	250 000	0	250 000
020209C	Comunicações fixas de voz	220 000	0	0	220 000	44 000	176 000
020209D	Comunicações móveis	9 400	0	0	9 400	1 880	7 520
020209E	Outros serviços conexos de comunicações	203 800	0	0	203 800	40 760	163 040
020209F	Outros serviços de comunicações	580 000	100 000	0	680 000	116 000	564 000
020212B	Outros seguros	35 600	1 600	0	37 200	0	37 200
020213	Deslocações e estadas	14 800	392	0	15 192	3 700	11 492
020218	Vigilância e segurança	383 300	0	72 642	310 658	0	310 658
020219C	Outros	2 000	0	0	2 000	400	1 600
020220A	Serviços de natureza informática	8 299 700	0	1 170 000	7 129 700	2 074 925	5 054 775
020220B	Outros	3 774 500	1 325 500	0	5 100 000	943 625	4 156 375
020222	Serviços de saúde	500 000	139 000	0	639 000	0	639 000
020225	Outros serviços	14 558 000	1 832 500	0	16 390 500	3 639 500	12 751 000
030113	Famílias - outras	1 200 000	2 657 000	0	3 857 000	0	3 857 000
030502	Outros	0	1 428 910	0	1 428 910	0	1 428 910
040802A	Pensões - Encargo da CGA	7 384 248 552	63 518 745	1 741 000	7 446 026 297	0	7 446 026 297
040802B	Pensões - Encargo do Estado	243 700 500	1 847 709	0	245 548 209	0	245 548 209
040802C	Pensões - Encargo de outras entidades	723 100 060	3 000 000	9 518 745	716 581 315	0	716 581 315
040802E	Outros Abonos - Encargo do Estado	1 287 000	0	106 709	1 180 291	0	1 180 291
040901	Resto do Mundo - União Europeia - Instituições	2 800 000	0	2 113 085	686 915	0	686 915
060203A	Outras	193 000	70 000	0	263 000	0	263 000
090305	Administração pública central - Estado	119 680 100	1 741 081 411	0	1 860 761 511	0	1 860 761 511
	Total	8 513 316 342	1 817 165 002	14 722 181	10 315 759 163	6 866 271	10 308 892 892

## Receita

(em euros)

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais		Previsões corrigidas (6)=(3)+(4)-(5)
Código (1)	Descrição (2)		Reforços (4)	Anulações (5)	
030301A001	Quotas de Subscritores	1 359 300 000	48 513 911	0	1 407 813 911
030301B002	Serviços Integrados	998 930 000	110 000 000	0	1 108 930 000
030301B005	Região Autónoma da Madeira	57 564 000	17 000 000	0	74 564 000
030301B006	Administração Local - Continente	207 000 000	5 500 000	0	212 500 000
030301B008	Administração Local - Madeira	5 796 000	310 000	0	6 106 000
030301B011	Empresas Privadas	78 658 000	6 500 000	0	85 158 000
030399A014	Segurança Social	381 292 380	37 620 000	0	418 912 380
030399A015	Empresas Públicas	67 671 830	2 220 000	0	69 891 830
030399A017	Companhias de Seguros e Fundos de Pensões	9 170 560	2 400 000	0	11 570 560
040118	Taxas sobre o valor de adjudicações e obras públicas	8 636 525	0	1 727 305	6 909 220
040118R000	Reservas - Adjudicações	0	1 727 305	0	1 727 305
040199	Taxas diversas	75 000	0	15 000	60 000
040199R000	Reservas - Taxas diversas	0	15 000	0	15 000
040201	Juros de mora	3 500 000	3 845 000	700 000	6 645 000
040201R000	Reservas - Juros de mora	0	1 569 000	0	1 569 000
040299	Multas e penalidades diversas	1 000	0	200	800
040201R000	Reservas - Multas e penalidades diversas	0	200	0	200
0060301A001	Comparticipação do orçamento do Estado	3 760 212 000	0	10 287 440	3 749 924 560
0060301B001	Pensões - DFA's/Invalidez (Forças Armadas)	168 694 000	970 000	0	169 664 000
0060301B002	Pensões - Subv. Vitalícias titulares de cargos políticos	8 773 000	204 000	0	8 977 000
0060301B003	Pensões Preço de Sangue	32 900 000	0	245 000	32 655 000
0060301B004	Pensões - Decreto-Lei n.º 227/96 (Pessoal BNU)	24 191 000	295 000	0	24 486 000
0060301B005	Pensões - Decreto-Lei n.º 90/99 (Pessoal RDP)	3 842 500	15 000	0	3 857 500
0060301B006	Pensões - Decreto-Lei n.º 467/99 (Sector Portuário)	87 000	0	38 000	49 000
0060301B007	Pensões - Lei n.º 3/2009 (Antigos Combatentes)	6 500 000	5 540 000	0	12 040 000
0060301B008	Quotas - Antigos Combatentes - Lei n.º 3/2009	7 500 000	3 550 000	0	11 050 000
0060301B009	Cont. do Estado - Dec.-Lei n.º 467/99 (Sector Portuário)	9 760	0	3 560	6 200
070299	Outros	1 708 000	290 000	0	1 998 000
080199	Outras	351 000	146 000	0	497 000
100101	Públicas	0	12 738	0	12 738
100102	Privadas	0	1 899 473 000	12 738	1 899 460 262
110303	Administração pública - Administração central - Estado	325 560 060	5 019 900	0	330 579 960
Total		7 517 923 615	2 152 736 054	13 029 243	9 657 630 426

## 3.2 Contratação administrativa

**Situação dos contratos**

Entidade	Contrato			Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência		Pagamentos acumulados		Obs.
	Objecto	Data	Valor (€)		Trabalhos normais (€)	Trabalhos a mais (€)	Trabalhos normais (€)	Trabalhos a mais (€)	
Towers Watson, Unipessoal Limitada	Estudo actuarial	2010-09-29	71 208.50	2010-11-16	32 367.50	0.00	0.00	0.00	
Towers Watson, Unipessoal Limitada	Estudo actuarial	2010-10-13	64 735.00	2010-11-29	32 367.50	0.00	0.00	0.00	
			135 943.50		64 735.00	0.00	0.00	0.00	

**Formas de adjudicação**

Tipo de contrato	Ajuste directo	
	N.º de contratos	Valor (€)
Prestação de serviços	2	135 943.50

## 3.6 Endividamento

**Situação e evolução da dívida e juros**

(em euros)

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos	Diminuições	Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dezembro	Juros vencidos e pagos até 31 de Dezembro	Juros vincendos
		Constituição	Amortização				
Dívida não titulada: Interna: Curto prazo	0.00	74 822 350.34	74 822 350.34	0.00	30 047.99	138 536.85	0.00

O Director Central

O CONSELHO DIRECTIVO

Serafim Ribeiro Amorim

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira

Vogais: Norberto Emílio Sequeira da Rosa

José Fernando Maia de Araújo e Silva

**PARECER DO FISCAL ÚNICO**

1. No desempenho das funções previstas na alínea c) do n.º 1 do art.º 28.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, cumpre ao Fiscal Único dar parecer sobre o Relatório de Gestão e contas da *CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, I.P. (CGA)*, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenha a função de Fiscal Único acompanhou a actividade da CGA, efectuou trabalhos intercalares de revisão de contas e analisou os sistemas de controlo interno, tendo, na oportunidade, emitido recomendações dirigidas ao Conselho Directivo.
3. Como factos mais relevantes do exercício evidenciamos:
  - i) a transferência, a partir de Dezembro de 2010, para a CGA das responsabilidades com pensões de aposentação, subsídio por morte e reembolso das despesas de funeral dos trabalhadores e pensionistas da PT Comunicações, S.A., oriundos da Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., admitidos até 14 de Maio de 1992, bem como a transferência, com referência a Janeiro de 2011, das responsabilidades pelos encargos com pensões de invalidez e velhice, complemento por cônjuge a cargo, complemento por dependência, subsídio por morte, reembolso de despesas de funeral e pensão de sobrevivência, dos trabalhadores oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A., admitidos até 31 de Janeiro de 1998, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro.
  - ii) Para fazer face aos pagamentos mencionados no ponto i), foram transferidos para a CGA os patrimónios do Fundo de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom, S. A., do Fundo de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A. e do Fundo de Pensões Marconi.
  - iii) A operação mencionada em ii) provocou uma melhoria muito significativa nos resultados extraordinários comparativamente com o exercício anterior, tendo contribuído com 2.803.789.000 euros para os resultados líquidos do exercício apresentado pela CGA, o qual se situou em 2.865.364.410,91 euros.
  - iv) o saldo da gerência, no presente exercício, ascendeu a 192.999.722,43 euros, tendo, no entanto, sido aumentado pelo saldo positivo das operações extra-orçamentais, no montante de 9.109.524,49 euros. Deste modo, o saldo de tesouraria ascende a 202.109.246,92 euros, cuja proposta de destino consta do ponto 5.4 do Relatório de Gestão;
4. No final do exercício o Fiscal Único analisou os documentos de prestação de contas e o relatório apresentados pelo Conselho Directivo, procedeu às verificações que considerou convenientes e emitiu o “Relatório Anual de Fiscalização” e a “Certificação Legal das Contas”



5. **PARECER:**

Após análise dos documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA), e a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) o Relatório do Conselho Directivo reflecte os factos caracterizadores da gestão do exercício 2010 e é consistente com as demonstrações financeiras;
- b) consideramos adequada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho Directivo;
- c) a CGA deverá prosseguir o esforço de recuperação de créditos, capital e juros, a fim de reduzir os subsídios do Orçamento do Estado;
- d) A CGA deverá continuar a política que vem sendo seguida de reforço dos fundos próprios, através da constituição de reservas;
- e) a CGA deverá continuar o esforço de aperfeiçoamento da informação obtida do seu sistema informático, com o objectivo de melhorar a sua qualidade e oportunidade;
- f) face ao exposto, consideramos que o Relatório de Gestão, Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício de 2010 da Caixa Geral de Aposentações, I.P., estão em condições de ser aprovados.

LISBOA 27 DE ABRIL DE 2011

O FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA  
Representada pela Sócia Paula Cristina G. G. Oliveira Rego



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

***INTRODUÇÃO***

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, I.P.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 5.903.115.785,15 euros e um total de fundos próprios de 5.818.224.135,46 euros, incluindo um resultado líquido de 2.865.364.410,91 euros), a demonstração dos resultados do exercício e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

***RESPONSABILIDADES***

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

***ÂMBITO***

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, I.P.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

**ÊNFASES**

- 9.1. No presente exercício, e de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, foi efectuada a integração na CGA dos patrimónios do Fundo de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom, S. A., do Fundo de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A. e do Fundo de Pensões Marconi. Esta integração visa compensar a CGA pela responsabilidade pelo pagamento, desde Dezembro de 2010, das pensões de aposentação e outros subsídios dos trabalhadores e pensionistas da PT Comunicações, S.A., oriundos da Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., admitidos até 14 de Maio de 1992; e desde Janeiro de 2011 dos encargos com pensões de invalidez e velhice e outros subsídios dos trabalhadores oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A., admitidos até 31 de Janeiro de 1998. A compensação total da CGA ascende a 2.803.789.000 euros, dos quais 921.676.396,58 euros serão recebidos no decorrer dos anos 2011 e 2012.



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 9.2. Efectuámos confirmações externas dos saldos de terceiros com maior materialidade, no entanto, o facto de um número significativo de entidades, que se relacionam com a Caixa Geral de Aposentações, não ter respondido à circularização, condicionaram os resultados da mesma.

*LISBOA, 27 DE ABRIL DE 2011*

*OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS*

*SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA*

*Representada pela Sócia Paula Cristina G. G. Oliveira Rego*

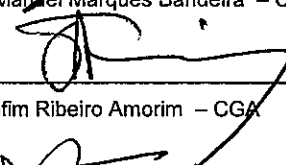
**PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO DA CGA, IP  
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA CGA DE 2010**

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, o Conselho Consultivo da Caixa Geral de Aposentações, IP, reunido em 18 de Abril de 2011, procedeu à análise do Relatório e Contas da Caixa Geral de Aposentações referente ao exercício de 2010, aprovado pelo Conselho Directivo, em sessão de 22 de Março passado, tendo deliberado dar parecer favorável àquele documento.

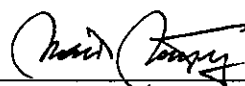
Lisboa, 18 de Abril de 2011.



Francisco Manuel Marques Bandeira – CGA



Serafim Ribeiro Amorim – CGA

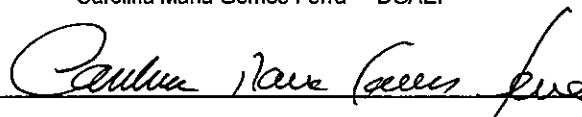


Mário Monteiro – DGO

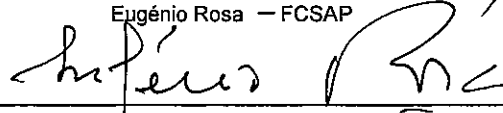


José Fernando Inácio – DGAL

Carolina Maria Gomes Ferra – DGAEP



Eugénio Rosa – FCSAP



Leopoldo Bettencourt Picanço – STE



Luciana Nelas – FESAP

